



RESUMO EXECUTIVO DE CARAGUATATUBA

Base de dados até dezembro de 2012

REALIZAÇÃO

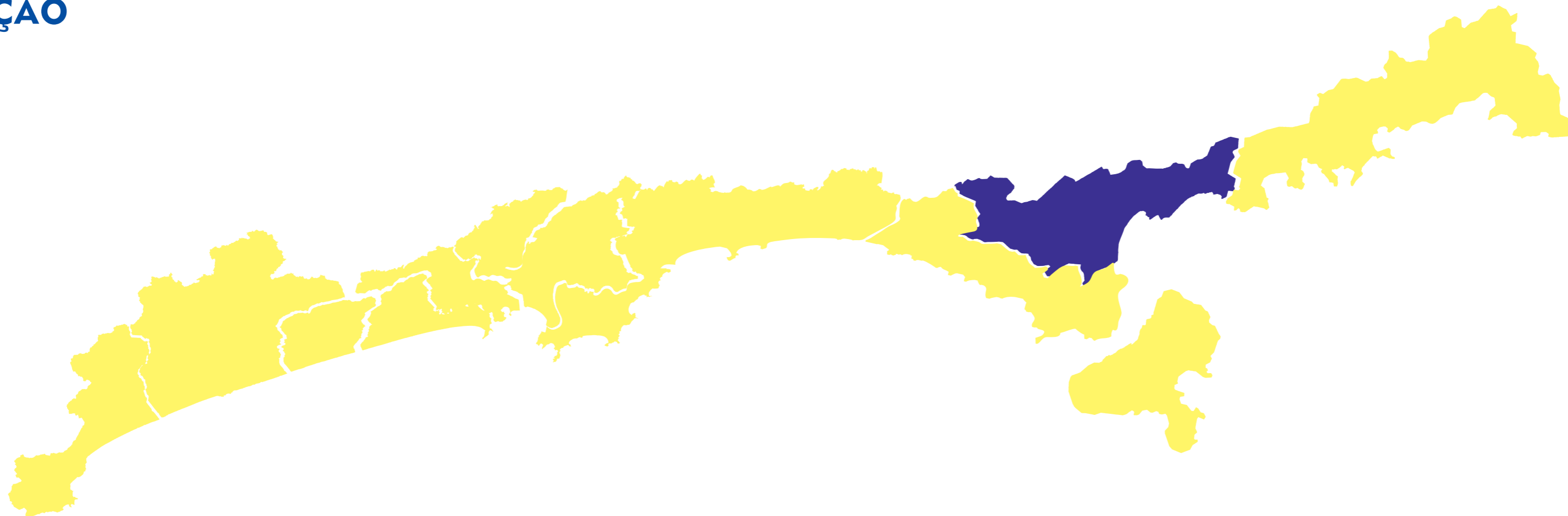


CONVÊNIO



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4		
PARTE 01	6	PARTE 02	11
O MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA: PANORAMA GERAL E DINÂMICAS RECENTES	6	ANÁLISE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	11
		EIXO 01	
		REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO	12
		EIXO 02	
		ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL	14
		Meio Ambiente e Território	14
		Dinâmica Imobiliária	17
		Precariedade Habitacional e Regularização Fundiária	20
		Saneamento Ambiental	24
		Mobilidade	28
		Segurança Alimentar e Nutricional	29
		Saúde	30
		Segurança Pública	31
		Cultura	31
		EIXO 03	
		GESTÃO MUNICIPAL	32
		Financiamento Público	32
		Gestão Democrática	33
		PARTE 03	35
		A REALIDADE DE CARAGUATATUBA NA VISÃO DA POPULAÇÃO	35



Este resumo executivo traz a síntese do Diagnóstico urbano socioambiental participativo do município de Caraguatatuba (Relatório de Caraguatatuba), que é parte do projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.

O litoral paulista tem experimentado grandes transformações nas últimas décadas, com processos de urbanização, muitas vezes desordenados, com forte impacto na vida de quem mora, trabalha e frequenta a região. Agora, um novo processo de transformação está sendo impulsionado pelos projetos em curso na região, como a exploração do pré-sal.

Tais mudanças reforçam a necessidade de pensar e planejar o futuro, avaliar os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos em curso na região, procurar formas de usá-los para impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional e também de conter ou mitigar seus efeitos negativos. Nesse contexto de grandes transformações é essencial somar o conjunto de iniciativas que vem sendo realizadas pela sociedade e administrações públicas e identificar novas ações necessárias que garantam cidades mais justas, mais bonitas e mais saudáveis.

O projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social insere-se neste contexto de intensas mudanças e objetiva contribuir no desenvolvimento sustentável da região.

Proposto pelo Instituto Pólis e apoiado pela Petrobras, este projeto inicia-se com a construção de um diagnóstico urbano socioambiental participativo dos municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista¹, articulado com a construção de um diagnóstico da região.

Estes diagnósticos suportarão a elaboração de Agendas de desenvolvimento sustentável e a proposta de um Observatório (segunda etapa do Projeto) e sua implementação (terceira etapa do projeto). Serão desenvolvidas treze agendas municipais e uma regional, construídas a partir do debate com a população visando a definição de ações e de suas condições de implementação (atores estratégicos, meios financeiros e horizontes temporais), considerando ainda o mapeamento de projetos e ações convergentes existentes. O “Observatório Litoral Sustentável” surge como um instrumento de disseminação de informações, espaço de interação entre diversos agentes locais da sociedade civil e dos governos, fomentando a gestão e análise compartilhada da informação e assegurando o monitoramento e acompanhamento da implementação das Agendas desenvolvidas e pactuadas ao longo do desenvolvimento da segunda fase do Projeto.

O Diagnóstico urbano socioambiental participativo do município de Caraguatatuba parte da caracterização do município e de uma extensa sistematização de dados², para desenvolver análises sobre o ordenamento territorial do município investigando os principais traços de sua ocupação, os diferentes tipos de necessidades habitacionais, as demandas e desempenhos relativos ao sistema de saneamento ambiental, as condições de mobilidade local e regional, os espaços territoriais especialmente protegidos e os grandes equipamentos e infraestruturas de logística existentes e previstos com impacto o desenvolvimento deste território.

A esse conjunto de leituras sobre as condições urbanísticas e socioambientais somam-se importantes análises sobre o desenvolvimento econômico, a cultura, a segurança alimentar e nutricional, a saúde, a segurança pública e a gestão pública e democrática, considerando especialmente, as finanças públicas. Tais leituras estão articuladas a um exame detido sobre marcos jurídicos relativos às políticas públicas que incidem nos espaços territoriais daquele Município, bem como com a visão de moradores e representantes de entidades sobre o município. Como produto da análise aprofundada sobre todos esses aspectos, o Relatório de Caraguatatuba identifica um conjunto de desafios para o desenvolvimento sustentável do município em harmonia com toda a região.

Nesse resumo executivo, os diferentes conteúdos tratados de maneira detalhada no Relatório, foram articulados e organizados em três partes principais no sentido de expor de modo conciso os principais resultados das análises.

Na primeira parte, apresentamos um panorama geral do município de Caraguatatuba, recuperando os aspectos mais relevantes de sua história e de sua urbanização, identificando traços específicos do município.

Na segunda parte, indicamos os principais desafios para o desenvolvimento sustentável de Caraguatatuba, retratando uma síntese das análises dos diferentes temas, apontando questões a serem enfrentadas no campo do desenvolvimento econômico, da organização socioterritorial e da gestão pública.

Na terceira parte, trazemos a visão da população sobre a realidade do município e reflexões sobre as diferentes perspectivas para o desenvolvimento sustentável do município, construídas a partir da articulação entre as expectativas e visões dos diferentes segmentos da sociedade com as tendências de desenvolvimento identificadas pelas leituras técnicas.

O Município de Caraguatatuba está no Litoral Norte, entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, onde nascem os principais rios que deságuam nas praias e onde se situa o Parque Estadual da Serra do Mar.

¹ O Projeto Litoral Sustentável – desenvolvimento com inclusão social abrange os seguintes municípios: Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

² No Diagnóstico trabalhou-se com um grande número de pesquisas existentes, coleta de dados novos e pesquisas com a população. Os relatórios foram fechados com dados até dezembro de 2012.

O MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA: PANORAMA GERAL E DINÂMICAS RECENTES



Para quem vem do Vale do Paraíba, chega-se ao Litoral Norte pela Rodovia Tamoios (SP-099), que liga o Município de Caraguatatuba a São José dos Campos, e pela Rodovia Osvaldo Cruz (SP-125), que liga Taubaté a Ubatuba. Outra entrada regional para o Litoral Norte encontra-se na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, na altura de Parati. Essa entrada ocorre pela Rodovia Rio-Santos (BR-101), que segue para a Baixada Santista com o nome de Rodovia Dr. Manoel Hippolyto Rego (SP-055). Para quem vem da Baixada Santista pela Rodovia Dr. Manoel Hippolyto Rego (SP-055), o Município de São Sebastião é uma das entradas para o Litoral Norte paulista. Caraguatatuba limita-se a norte com Natividade da Serra, a nordeste com Ubatuba, a sudeste com o Oceano Atlântico, a sul com São Sebastião, a oeste com Salesópolis, e a noroeste com Paraibuna.

O município está localizado na Região Administrativa de São José dos Campos e Região de Governo de Caraguatatuba, no Litoral Norte, a cerca de 180 km da capital paulista. Ademais, Caraguatatuba faz parte da

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, recém instituída por meio da Lei Estadual Complementar nº 1166 de 9 de janeiro de 2012. Esta divide-se ainda em 5 sub-regiões, sendo uma delas a Sub-Região Litoral Norte, que engloba São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

O crescimento da mancha urbana de Caraguatatuba seguiu, basicamente, dois vetores: um longitudinal, ao longo da rodovia SP-55, em paralelo à orla marítima, e outro vetor transversal, da orla marítima em direção à Serra do Mar. Esse padrão é verificado em outros municípios do litoral paulista cuja urbanização se encaixa nas planícies localizadas entre o mar e as montanhas.



FIGURA 1
Fonte: Imagens Landsat 1979/1980, 1981/1982, 2000, Google earth, 2011. Elaboração: Instituto Pólis

A mancha cresceu a partir da região central do município e o fenômeno está ligado ao desenvolvimento do turismo na região, que começou a crescer a partir da década de 1950. Porém, apenas na década de 1970 teve início um crescimento populacional mais acelerado no município. A abertura ao tráfego da rodovia ligando São Sebastião-Caraguá-Ubatuba, que ocorreu em 1955, foi o grande impulsionador do crescimento do turismo na região. Em 1955 é criado o Porto de São Sebastião e ao longo da década de 1960 a Petrobras constrói o Tebar (Terminal Almirante Barroso), para o transporte de petróleo e derivados. Nesse mesmo período são consolidadas as ligações rodoviárias à região — Rodovia Rio-Santos (parte da rodovia federal BR 101) e Rodovia dos Tamoios, que liga o litoral norte ao Vale do Paraíba.

Na década de 1970 assistiu-se a um crescimento populacional acelerado que é responsável pela ocupação de toda área central do município e de núcleos dispersos ao Norte, na direção de Ubatuba, já como segunda residências para veraneio.

Já na década de 1980, o crescimento populacional se acentua e intensifica-se igualmente o adensamento da mancha urbana, agora atingindo a orla do centro, Prainha, Indaiá e Palmeiras. Nota-se que regiões de núcleos de pescadores começam a ser ocupadas por uma população que vem de outros municípios. Expande-se também a ocupação em direção às áreas mais próximas das escarpas da Serra do Mar.

Na década de 90, o crescimento habitacional e populacional continuou acelerado. Neste momento iniciam-se as ocupações desordenadas de encostas de morros e de áreas ribeirinhas, produzindo assentamentos precários em áreas de riscos. Por outro lado, termina-se de ocupar quase toda a extensão da orla de Caraguatatuba, restando apenas poucas regiões desocupadas, com a área entre Indaiá e Palmeiras e entre Cocanha e Mococa.

Verifica-se, também, o adensamento dos bairros ocupados na década anterior, principalmente na parte sul do município, expandindo a mancha urbana mais ainda em direção à Serra do Mar. Avança-se também para o interior, sobretudo a população de mais baixa renda e predominantemente fixa, deixando as áreas mais próximas da orla para as construções de segunda residência de alta renda.

A década de 2000 foi marcada por uma expansão urbana menos acelerada, junto aos locais já urbanizados em períodos anteriores. Entretanto, a pouca expansão que ocorreu na década foi marcada pela ocupação das áreas junto as encostas de morro, em direção a Serra do Mar.

Neste período é implantada pela Petrobras a Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), completamente desconectada da malha urbana existente, ocupando uma região muito próxima à área de proteção da Serra do Mar.

O retrato do município de Caraguatatuba em 2011 mostra a orla muito ocupada, contudo apresentando, ainda, uma ocupação fragmentada composta por loteamentos e condomínios de alto padrão que não se conectam e deixam muitas áreas vazias entre os espaços urbanizados.

Em termos numéricos, de acordo com o Censo/ IBGE 2010, Caraguatatuba possui dois distritos que somam 100.840 habitantes distribuídos por 48 mil hectares. Em razão de a maior parte de seu território estar inserida em unidades de conservação, apenas 3.368 ha do território municipal é urbanizado, o que resulta em uma densidade populacional de 2,0 habitantes por hectare na área total e 29,9 habitantes por hectare na área urbanizada.

DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL DE CARAGUATATUBA

Números do censo de 2010 indicam que 43,10% dos 52.124 domicílios de Caraguatatuba são de uso ocasional, ocupados pela população flutuante do município, totalizando 107.846 pessoas, número que chegou a ultrapassar a população residente em 2010.

DOMICÍLIOS RECENSEADOS – CARAGUATATUBA 2010

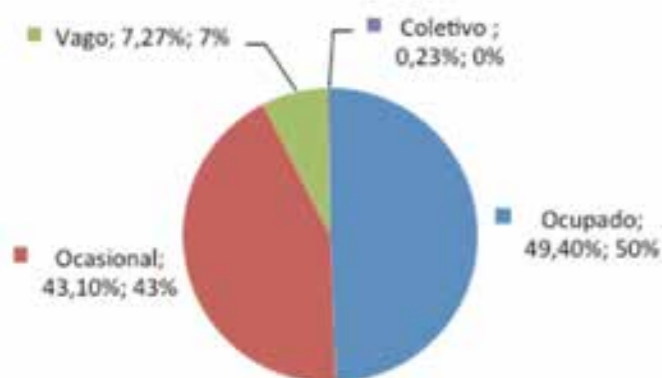


GRÁFICO 2
Caraguatatuba – Distribuição Percentual dos Domicílios Recenseados Segundo Condição de Ocupação - 2010

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.
Elaboração: Instituto Polis.

Entre 2000 e 2010, o crescimento dos domicílios de uso permanente em Caraguatatuba ocorreu num ritmo muito maior que o crescimento dos domicílios de uso ocasional, respectivamente 15% e 4,8%, seguindo a tendência da maior parte dos municípios do litoral paulista que tiveram um crescimento mais intenso dos domicílios de uso permanente, indicando fixação crescente de moradores³.

No período entre 2009 e 2040, espera-se um acréscimo de 46,9% da população (fixa e flutuante), sendo que a previsão de aumento da população fixa é de 53,5% e a da flutuante é de 40,6%. Tendência que deve se acentuar com a ampliação da base econômica do município, advinda da implantação dos empreendimentos da Petrobras.

³ Fonte: Fundação Sead, apud Relatório Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo – 2010 (Cetesb, 2011, p. 19).

PARTE 02

ANÁLISE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



HECTOR CARVALHO

Acreditamos que o desenvolvimento sustentável de Caraguatatuba deve considerar a importância não somente da dimensão econômica (relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza), mas também das dimensões social e cultural (implica qualidade de vida, equidade e integração social), ambiental e política (trata-se de aspectos relacionados à governança territorial, bem como ao projeto coletivo independente e sustentável).

A compreensão das dinâmicas de desenvolvimento do município envolve um conjunto de mudanças que se manifestam na realidade econômica, na organização socioterritorial e na gestão pública de maneira bastante inter-relacionada. Esses três eixos nortearão a apresentação dos principais resultados das análises e a identificação dos desafios ao desenvolvimento sustentável do município.

EIXO 01 – A REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Caraguatatuba em 2009 (dato mais recente publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) foi de R\$ 1,15 bilhão, quatro vezes superior ao montante registrado no início da década, quando seu PIB, em 2000, foi de R\$ 421,9 milhões. O PIB per capita, por sua vez, foi de R\$ 11.936,31, inferior à média estadual (R\$ 26,2 mil) e à média nacional (R\$ 15,9 mil), para o ano de 2009

Do ponto de vista da participação dos setores econômicos no PIB nota-se, no gráfico abaixo, que do total de riquezas produzidas no município, o setor da agropecuária representa 2% do total, enquanto que os setores industrial e de serviços representam, respectivamente, 21,9% e 69,2% do PIB do município (em valores absolutos, R\$ 174,5 milhões e R\$ 857,6 milhões). Evidentemente, a alta representatividade do setor de serviços está relacionada à importância do turismo e do comércio na região e a participação da indústria revela um grau de industrialização médio no município, ao passo que a pequena participação da agropecuária, que engloba a pesca, pode indicar a existência de uma considerável taxa de informalidade neste segmento.

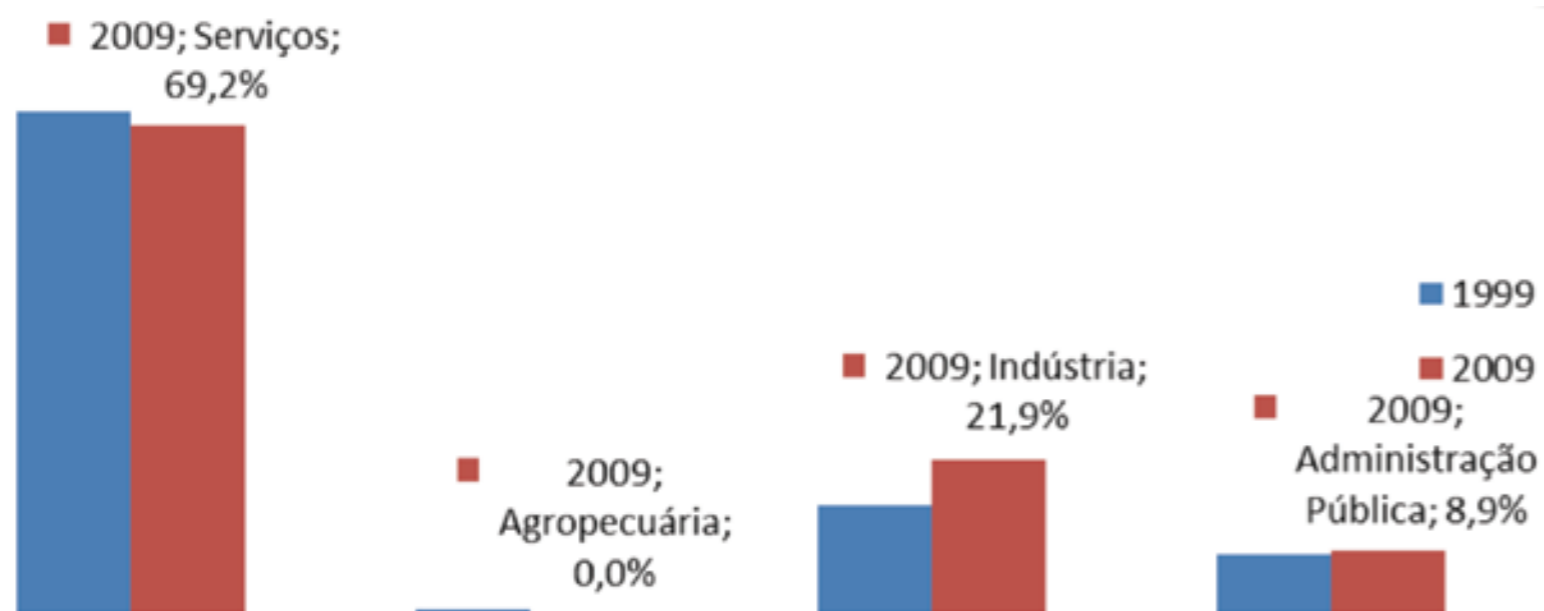


GRÁFICO 3
Participação dos setores no Valor Adicionado do município (milhões de reais), Caraguatatuba, SP, 1999 - 2009
Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: Instituto Pólis.

No que se refere à distribuição dos estabelecimentos pelos setores da atividade econômica, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), verifica-se que, em 2010, do total de 2.297 estabelecimentos registrados, 48% estavam nos serviços, 45% no comércio, 4% na construção civil, 3% na indústria e 0,3% na agropecuária.

Em ordem de importância, a especialização produtiva regional – QL 2010⁴ – de Caraguatatuba é marcada pelo grande peso da atividade extrativa mineral (6,29) – construção civil (3,45) – o índice que mais cresceu na última década, passando de 1,20 para 3,45 –; comércio varejista (1,78) – que diminuiu –; e, por fim, as atividades de alojamento e comunicação (1,49)⁵.

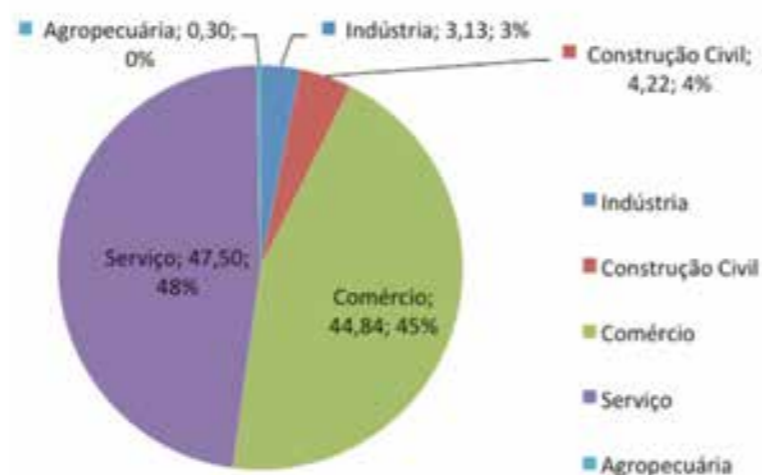


GRÁFICO 4
Distribuição (%) dos estabelecimentos por setores da atividade econômica, Caraguatatuba, SP, 2010
Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios e RAIS, MTE

A População em Idade Ativa (PIA) de Caraguatatuba é de 86.158, ou seja, 85% de sua população total. Já a população economicamente ativa (PEA) é de 50.648 pessoas, cerca de 58% da PIA.

A taxa de ocupação (população ocupada dividida pela PEA) é de 92,7% (46.939 ocupados). Isto demonstra que a taxa de desocupação é cerca de 7,3% menor que as verificadas na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo e que a média nacional (esta mais próxima da de Caraguatatuba). Para efeitos de comparação ao longo do tempo, é mister mencionar que, em 2000, seguindo a mesma metodologia, a taxa de desocupação em Caraguatatuba estava em 17,5%, mais que o dobro da verificada em 2010.

A taxa de informalidade do mercado de trabalho no município é de 43%, superior às taxas registradas no Estado de São Paulo e à média nacional. Em relação à taxa registrada em 2000 (44%), nota-se uma irrisória queda do peso das ocupações informais em Caraguatatuba.

Em relação aos números dos empregos formais em 2010 (21.132 empregos formais), têm-se o seguinte cenário: 34% estão no setor de serviços; 31% no comércio; 13,5% na administração pública; 17% na construção civil, 2,2% na indústria de transformação, e 1,16% nos serviços industriais de utilidade pública. Na agropecuária e no extrativo mineral a participação não chega a 1% dos empregos em Caraguatatuba⁶.

Cabe aqui frisar o peso da participação do setor público no emprego formal do município (cerca de 13%), sobretudo, levando em conta o fato de que a massa salarial auferida por este segmento se constitui como importante elemento de dinamização das atividades econômicas no que toca ao comércio e ao setor de prestação de serviços. A partir destes dados, percebe-se então que os empregadores neste município são o setor de serviços, comércio, construção civil e administração pública.

Quanto ao perfil salarial, as maiores remunerações estão no setor de serviços industriais de utilidade pública (SIUP: água, esgoto etc), R\$ 3,3 mil, e o menor rendimento auferido está no setor da indústria. Os serviços e o comércio, setores de significativa importância para a geração de empregos formais nestes municípios, registram remunerações de R\$ 997 e R\$ 936, respectivamente.

Quanto ao gênero, os salários das mulheres, para as mesmas atividades exercidas, são cerca de 72,2% dos ocupados do sexo masculino.

PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO

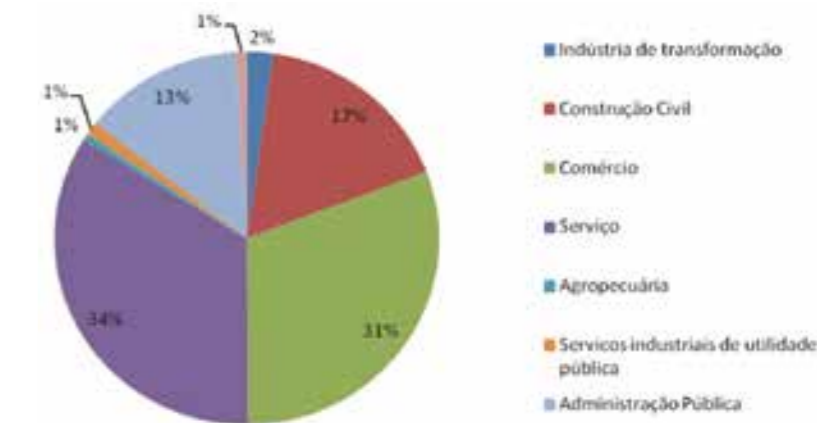


GRÁFICO 5
Distribuição (%) dos empregos formais por setores da atividade econômica, Caraguatatuba, SP, 2010
Fonte: MTE, RAIS

É importante destacar aqui alguns impactos do pré-sal na economia de Caraguatatuba. Segundo informações do site "Portal de Caraguá"⁷, a construção da unidade de tratamento de gás no município está apenas no começo, mas já provoca mudanças na cidade, sobretudo no comércio e no mercado imobiliário, que já apostam no crescimento econômico e se preparam para fazer novos investimentos.

Em termos gerais, este setor apresenta um alto QL (3,45, que inclusive, cresceu de 2000 a 2010), além de representar, de acordo com os dados do CEMPRE para 2010, 6% do total dos estabelecimentos do município. Ainda de acordo com esta fonte de dados, percebe-se que os estabelecimentos neste setor cresceram, entre 2006 e 2010, 70%. Por outro lado, nota-se que é um setor onde os estabelecimentos são, fundamentalmente, de poucos empregados já que grande parte possui até 4 empregados e apenas 3 dos 174 registrados possuem 500 ou mais empregados.

No entanto, é necessário atentar-se a outras questões que podem advir como corolário deste boom de investimentos e de consequente ampliação da atividade imobiliária, podendo impactar na oferta de moradia para a população de baixa renda.

É importante destacar também as perspectivas municipais no mercado de carbono, que pode apresentar uma opção economicamente sustentável aos municípios como Caraguatatuba.

De maneira geral, o comércio é o principal setor empregador em Caraguatatuba, seguido pelo segmento turístico, que poderia se diferenciar ao incentivar atividades de turismo ligadas ao negócio.

A pesca, outra atividade importante na região, vem passando por momentos desfavoráveis frente à

⁴ Dados obtidos a partir do cálculo do Quociente Locacional (QL) a partir de dados do RAIS (MTE). O QL é um importante indicador que revela a especificidade de um setor dentro de uma região (município), o seu peso em relação à estrutura empresarial da região (município) e a importância do setor para a economia do Estado.

⁵ MTE, RAIS (Elaboração Própria)

⁶ É válido mencionar que o emprego formal captado pelos dados do RAIS/MTE refere-se aos vínculos empregatícios regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e estatutários (regidos pelo Estatuto do Servidor Público) no mercado de trabalho nacional.

⁷ Disponível em: http://portaldecaragua.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=946&Itemid=51 (acesso em 12.04.2012).

queda da produção, à deterioração do seu meio ambiente e ao baixo reconhecimento social. Na perspectiva de resgate de uma das identidades culturais de Caraguatatuba, a pesca, junto com o turismo, podem ser elementos importantes para o desenvolvimento sustentável.

Outra possibilidade refere-se à instalação de cooperativas de reciclagem a partir dos resíduos domiciliares, da construção civil e da atividade pesqueira, como forma de geração de emprego e renda, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

As atividades em sistemas naturais, respeitando as restrições da legislação, orientada a inclusão de comunidades tradicionais e de famílias em condições de vulnerabilidade, podem contribuir para a redução da demanda do município por alimentos vindos de outras regiões, além de propiciar a ocupação de pessoas e geração de renda.

O diagnóstico realizado aponta também para a necessidade de avanços na área da qualificação técnica e profissional. Conforme apontado nas entrevistas e pesquisas qualitativas, bem como por alguns dados secundários utilizados, como o Censo SUAS (2011),

um dos problemas que a população enfrenta reside na inexistência de cursos de profissionalização técnica, profissional e de ensino superior público, mais especificamente, cursos gratuitos voltados a qualificar a população para os novos empregos que vão se abrindo na cidade: empregos socialmente valorizados e para os quais se entende que a mão de obra local não está preparada, ou suficientemente preparada.

O tema da qualificação e suas conexões com potenciais de emprego gerados pela Petrobras pode ser resumido em dois pontos: a) alega-se que a Petrobras foi avaliado basicamente em razão da carência de qualificação profissional dos moradores por um lado e por outro a disponibilidade para construção civil de mão de obra mais barata de outros estados. Nesse sentido, entende-se que as contratações são residuais no município e ao terminar as obras, os trabalhadores (agora, em grande parte, desempregados) continuam na cidade, agravando problemas socioeconômicos.

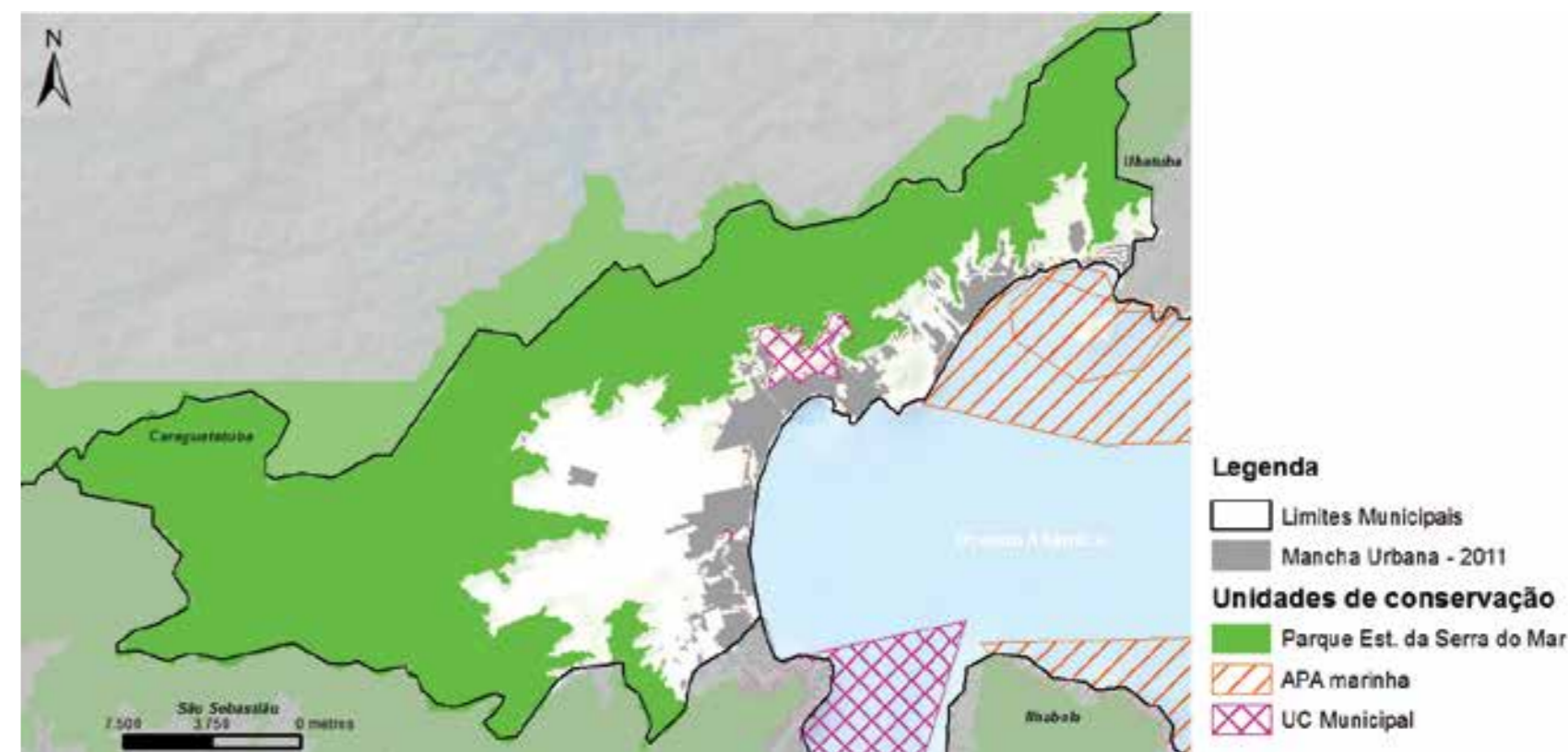
Sobre este ponto é interessante mencionar que no município de Caraguatatuba o Promimp, programa anteriormente mencionado, ofertou vagas de seus cursos, no entanto, os cursos e as modalidades ofertadas estão aquém das demandas oferecidas pelo mercado.

EIXO 02 – ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL

A seguir apresentamos as dinâmicas de ocupação do território, considerando a sua interação com o meio-ambiente, com a expansão da produção imobiliária e com a habitação e regularização fundiária. Diretamente articuladas às dinâmicas de ocupação do território, as condições de mobilidade e saneamento serão também determinantes na compreensão da organização socioterritorial. As ofertas dos serviços de saúde e as condições de segurança são também aspectos relacionados, ainda que indiretamente, a estas dinâmicas.

Meio Ambiente e Território

O Município de Caraguatatuba está inserido em uma região de domínio da Mata Atlântica, com 74,98% de sua área recoberta por vegetação natural. Parte desta biodiversidade está situada em sua planície costeira de 32 km, a maior do litoral norte, com fragmentos de ecossistemas associados de restinga e manguezais. (SMA/IF, 2007; AUGUSTO FILHO, 2001). Tais atributos somados à existência de uma riquíssima biota marinha acabaram por justificar a criação de diversas unidades de conservação no Município de Caraguatatuba.



MAPA 3
Unidades de conservação existentes no Município de Caraguatatuba

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, 2011; Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2011.
Elaboração Instituto Polis, 2012

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi criado pelo Decreto nº 10.251 de 31 de agosto de 1977 e é administrado pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal). Ele é o maior parque do Estado de São Paulo e, também, a maior unidade de conservação de proteção integral de toda a Mata Atlântica. O Núcleo Caraguatatuba (NC), um dos oito que o compõe, possui 57.604,07 ha e abrange os municípios de Caraguatatuba (39.811,64 ha) – cobrindo 82% da área total do município –, Paraiibuna (5.142,68 ha), Salesópolis (8.649,85 ha), Natividade da Serra (1.500 ha) e São Sebastião (2.500 ha) (SMA/IF, 2006).

Apesar dos investimentos realizados nos últimos anos, muitas pessoas avaliam que existe a necessidade de melhorias na infraestrutura física do Núcleo Caraguatatuba para o atendimento dos trabalhos voltados para fiscalização, vigilância e ecoturismo.

Há demandas para capacitação dos recursos humanos do NC em questões técnico-jurídicas relacionadas ao licenciamento e monitoramento ambiental, bem como para a implementação e gestão do Programa de Proteção da Serra do Mar.

Além disso, o NC é cortado por vários vetores de seccionamento, como estradas, oleodutos e linhas de transmissão. Foi destacado como é intenso fluxo com baixo controle de turistas, facilitação da ação ilegal de caçadores e extratores vegetais (principalmente bromélias, orquídeas e palmito) e divisão da vegetação desde a costa até os limites com o PESH, com possíveis impactos negativos ligados a circulação de espécies animais e ao efeito de borda.

No que toca à questão da regularização fundiária, cerca de 30% das terras do NC estão regularizadas.

A Zona de Amortecimento (ZA) do PESH foi delimitada a partir de 10 km contados do limite da Unidade de Conservação e inclui grande parte da área urbanizável do Município de Caraguatatuba. Foram excluídas da ZA a área urbana consolidada e a área de expansão urbana prevista no antigo Plano Diretor do Município (SMA/FF, 2006).

O Grande Parque Ecológico e Turístico de Caraguatatuba compreende o Bairro Cantagalo, Morro do Santo Antônio e Serraria, tendo como divisas os Bairros Cidade Jardim e Sumaré, à frente; e Bairro Rio do Ouro e Jetuba nas Laterais, Parque Estadual da Serra do Mar, ao Fundo⁸. Sua criação foi um ato de fundamental importância para garantir o uso sustentável do entorno do PESH em uma área onde há uma grande pressão demográfica na região central do Município de Caraguatatuba. Na área do GEPT existem importantes atrativos naturais onde são desenvolvidas atividades de turismo rural, de contemplação e aventura.

O Parque Natural Municipal do Juqueriquerê foi criado pelo Decreto Municipal nº 47, de 28 de março de 2012. Ele possui uma área de 35 mil m² e está localizado as margens do Rio Juqueriquerê, na região da Praia das Palmeiras (Jardim Nomar). A administração desta unidade de conservação está sob a responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba respondendo pela efetiva proteção, implantação e controle⁹ do Parque.

APA MARINHA LITORAL NORTE (APAMLN)

A APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) foi instituída pelo Decreto Estadual nº 53.525, de 8 de outubro de 2008, e é administrada pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal). Possui 316.242,45 hectares e em sua área de abrangência estão os municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2012). Para efeito de gestão, a APAMLN é subdividida em três setores, sendo que o Cunhambebe, 145.101,08 ha, é o que engloba os municípios de Ubatuba e

⁸ Art. 1º da Lei Municipal nº 527 de 29 de dezembro de 1995.

⁹ Art. 3º do Decreto Municipal nº 47, de 28 de março de 2012.

Caraguatatuba. A APA Marinha Litoral Norte possui uma sede física localizada no Escritório Regional da Fundação Florestal em Ubatuba.

A questão da pesca é um tema primordial a ser regulamentado na área da APAMLN em face da redução dos estoques pesqueiros e da grande densidade de comunidades de pescadores artesanais existentes nos municípios do Litoral Norte. Estes encontram-se em circunstância de alta vulnerabilidade social.

A proposta de ampliação do Porto de São Sebastião trouxe preocupações manifestadas pelo Conselho Gestor da APAMLN e pelos demais conselhos gestores de unidades de conservação do Litoral Norte, cujos conselheiros encaminharam ao IBAMA, órgão licenciador do projeto de ampliação do Porto de São Sebastião, uma manifestação conjunta com uma série de recomendações e propostas de medidas mitigadoras e compensatórias¹⁰.

CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES E PONTOS CRÍTICOS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Os resultados da análise demonstraram que existem 222,29 km² de áreas de preservação permanente referentes às tipologias analisadas em Caraguatatuba (o equivalente a 45,80 % da área total do Município).

As áreas com declividade superior a 45º correspondem a 54,88% do total das APP e são as áreas que apresentam a menor taxa de ocupação urbana, 0,05% do total geral (0,12 km² urbanizados). Tal fato se explica por grande parte destas áreas estarem incluídas dentro da área do Parque Estadual da Serra do Mar e, também, por serem de mais difícil acesso.

Já as APP de margem de rio, que representam 41,62 % do total das APP analisadas, possuem 3,33 km² ocupados pela urbanização (1,49 % do total geral das áreas urbanizadas em APP).

Entretanto, o maior problema relacionado à ocupação de APP, seja em virtude da dimensão deste tipo de ocupação urbana no Município de Caraguatatuba ou em virtude da fragilidade e raridade deste ecossistema, são as ocupações urbanas em faixa de 300 m de PREAMAR que visam à proteção da vegetação de Restinga. Estas áreas representam 3,49% do total das APP analisadas e apresentam 4,01 km² ocupados pela urbanização (1,80 % do total geral das áreas urbanizadas em APP).

Apesar de 45% das áreas de manguezais do Litoral Norte ficarem em Caraguatatuba, somente 5% destas resistiram ao processo de urbanização da cidade, os outros 95% foram aterradas para a construção de bairros. (VALEPARAIBANO, 2007).

¹⁰ Ibid.

ÁREAS NATURAIS TOMBADAS

No Município de Caraguatatuba estão incluídas áreas que compõe o tombamento da Serra do Mar, bem como das Ilhas do Litoral Paulista. A Área Natural Tombada (ANT) das Serras do Mar e Paranapiacaba foi efetivada pela Resolução da Secretaria da Cultura nº 40, de 06 de junho de 1985, e está sob a tutela e a administração do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

A ANT Ilhas do Litoral Paulista foi criada pela Resolução nº 08/1994 da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e abrange ilhas dos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Santos, Guarujá e Itanhaém, abrangendo ecossistemas insulares que incluem floresta atlântica de encosta, vegetação de costão rochoso e formação rupestre.

Em Caraguatatuba, faz parte deste tombamento a Ilhota de Maçaguacú.

O município de Caraguatatuba abrigará uma série de grandes equipamentos de infraestrutura e logística por conta das necessidades do pré-sal e das demandas advindas dessa atividade na Bacia de Santos. Dessa, destacam-se algumas de maior relevância e impacto sobre o território. Tratam-se da proposta de ampliação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, a duplicação da Rodovia dos Tamoios (SP-099), o Contorno viário Sul (entre São Sebastião e Caraguatatuba) e Norte (entre Caraguatatuba e Ubatuba), e finalmente a dutovia. Todas essas serão obras de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico e urbanístico do município de Caraguatatuba.

Dinâmica Imobiliária

Diversos são os princípios e diretrizes da política urbana regulados pela legislação municipal de Caraguatatuba. A regulação do ordenamento territorial é determinada por diversas leis municipais, especialmente pela Lei Orgânica (1990) e pelo plano diretor do Município, que é recente (Lei complementar municipal nº 42 de 24 de novembro de 2011) e estabelece regras e princípios constituindo-se, de fato, como o principal instrumento da política urbana municipal.

EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS VERTICAIS

O Plano Diretor Municipal¹¹ de Caraguatatuba define Macrozonas com zoneamentos específicos, que norteiam as políticas de proteção ambiental e ocupação urbana¹². A Macrozona de Desenvolvimento Urbano define zoneamentos específicos que permitem a verticalização em diferentes níveis e usos diversos. Assim, os empreendimentos verticais em Caraguatatuba respondem ao zoneamento municipal e são implantados em zonas que incentivam, de maneira geral, os usos de comércio, serviços e residencial¹³.

De maneira geral, Caraguatatuba apresenta um padrão construtivo predominantemente horizontal, apesar da presença de empreendimentos verticais observados em duas porções da cidade. A primeira, a área urbana que compreende os bairros Indaiá, Centro, Prainha e Martin de Sá, localizados no setor central do município, onde a ocupação é mais antiga e consolidada, e a segunda no setor norte, mais precisamente em Massaguacú, bairro de ocupação mais recente e que concentra junto à orla não só empreendimentos verticais voltados para população de alta renda, mas também grandes condomínios horizontais fechados e de luxo.

¹¹ Lei Complementar nº42 de 24 de novembro de 2011.

¹² Macrozona de Proteção Ambiental / MZPA – destinada à preservação de recursos naturais geológicos da flora e da fauna, obedecidas as legislações federais e estaduais pertinentes; Acrozona de Desenvolvimento Urbano / MZDU – destinada ao desenvolvimento da ocupação urbana

¹³ As zonas onde estão implantados os empreendimentos verticais são: ZCV – Zona Comercial Vertical – caracterizada pelos usos de comércio, serviços diversificados atacadistas e de atendimento especializados e atividades industriais compatíveis, permitida a verticalização, de acordo com as definições das categorias de uso; ZRV – Zona Residencial Vertical – caracterizada por áreas estritamente residenciais, permitida a verticalização, de acordo com as categorias de uso; ZMV – Zona Mista Vertical – caracterizada por áreas de uso misto de residências, comércios e serviços, permitida verticalização.



MAPA 4
Caraguatatuba – Empreendimentos Verticais e Zoneamento, 2011.
Fonte: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, 2012.

Em relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte de São Paulo, podemos observar que os empreendimentos verticais estão localizados em Zona Z5 e Z5E, que são zonas com características socioambientais de supressão de cobertura vegetal alterada ou suprimida em área igual ou superior a 70% do total da zona, com assentamentos urbanos consolidados ou em fase de consolidação e adensamento e existência de infraestrutura urbana, instalações industriais, comerciais e de serviços.

A grande parte desses empreendimentos imobiliários verticais construídos no município são imóveis de veraneio, utilizados, em sua maioria, por população flutuante de média e alta renda durante as férias e feriados.



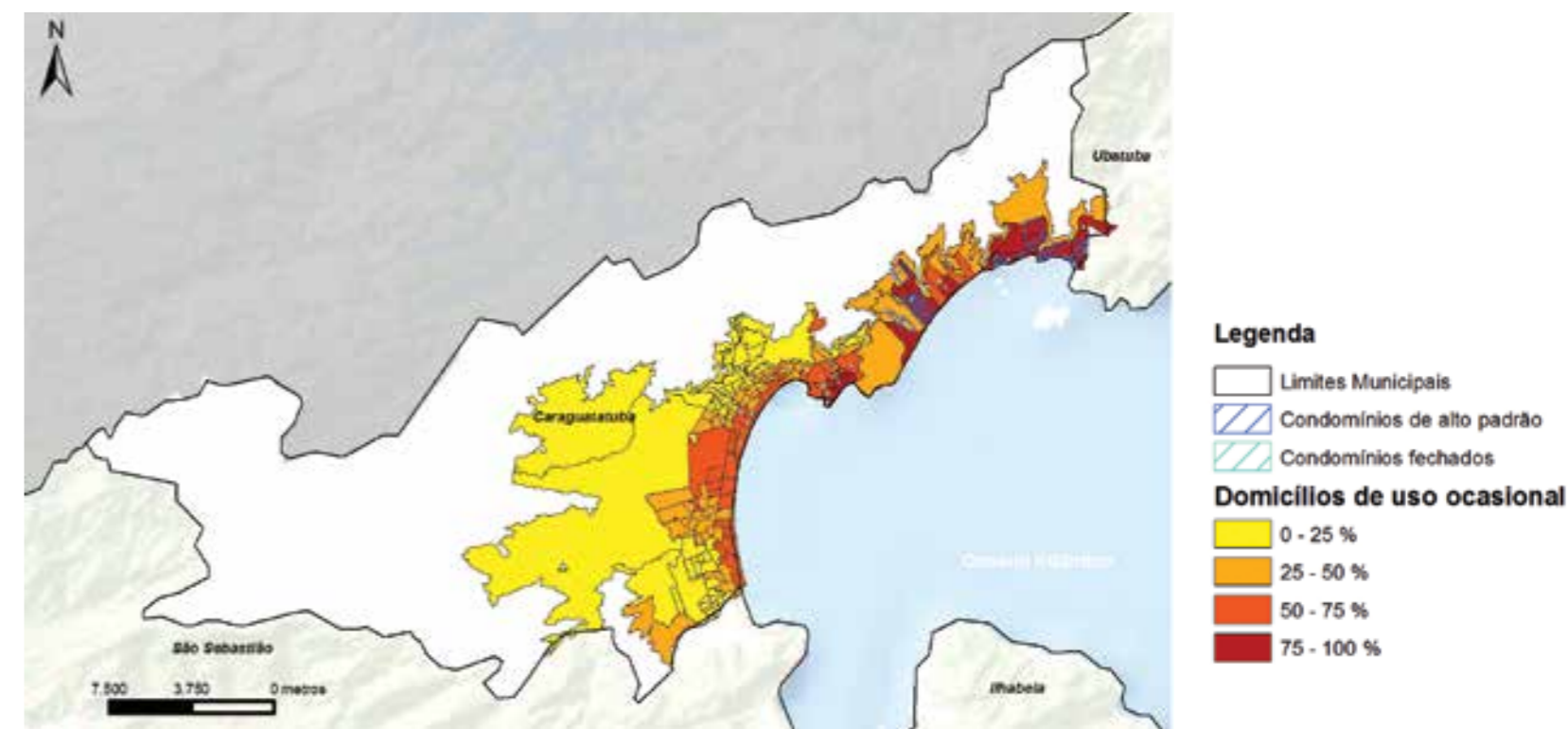
FIGURA 2
Caraguatatuba – Empreendimentos Imobiliários Verticais no Bairro Sobaio – 2010
Fonte: Google Earth, 2010.

A partir da análise dos 77 empreendimentos imobiliários verticais aprovados entre 2005 e 2012, nota-se claramente uma tendência de aceleração de aprovação nos últimos anos. Tal aumento está relacionado não somente à tendência regional e nacional impulsionada pelo aumento da economia e a ampliação de crédito, mas também aos investimentos que estão sendo realizados no município. Avalia-se, por exemplo, que a vinda da Petrobras, instalada no município em 2008, contribuiu para o aumento da demanda por empreendimentos imobiliários, o que pode ser notado pelo considerável aumento de empreendimentos aprovados a partir deste período.

O aumento de demanda acarreta também a valorização dos imóveis em bairros que antes tinham menor valor e agora são direcionados mais a um público de média e alta renda, contribuindo para o aumento da segregação socioespacial no município. A população sem acesso à essa oferta de imóveis muitas vezes acaba indo ocupar irregularmente e precariamente áreas urbanas mais afastadas e menos valorizadas com a menor infraestrutura.

LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS

A partir da década de 1990 ocorre o adensamento e a consolidação dos loteamentos horizontais e a expansão da área urbana de Caraguatatuba nos setores central e sul em direção à Serra do Mar. Os condomínios fechados se concentraram, desde então, na região central e norte do município.



MAPA 5
Caraguatatuba – Localização do Condomínios Horizontais fechados e domicílios de uso ocasional
Fonte: Google Earth, 2012. Elaboração: Instituto Polis.

Os condomínios e loteamentos horizontais apresentam características diferentes de acordo com sua localização na cidade. Na área sul/central, predominam os condomínios horizontais com as seguintes características¹⁴: condomínios horizontais formados por casas térreas e sobrados do tipo “vila”, com imóveis variando, em geral, entre 45m² e 80m², compostos por 02 a 03 dormitórios. Esses condomínios foram implantados, em geral, em terrenos com área entre 300m² e 4000m², sem nunca ultrapassar 1000m².



FIGURA 3
Caraguatatuba – Condomínios horizontais do tipo “vila” – 2010
Fonte: Google Earth, 2010.

¹⁴ Informações obtidas dos alvarás concedidos pela prefeitura de Caraguatatuba de 2005 a 2011

Esse perfil de condomínio horizontal, geralmente construído em lotes com menos de 1000m² e com tipologias abaixo de 100m² de área construída, difere muito dos imóveis construídos nos grandes loteamentos e condomínios horizontais de alta renda existentes na região norte do município. Na região norte da cidade, principalmente no bairro de Massaguapé, estão localizados aos grandes condomínios da cidade, onde predominam as habitações de alto padrão voltadas para veraneio¹⁵.

A maioria desses condomínios horizontais fechados apresenta baixa densidade e são compostos, geralmente, por uma tipologia de residências assobradadas com 3 a 8 dormitórios e 20 vagas de garagem. Possuem residências de frente para a orla marítima e têm grandes dimensões, ocupando grande parte das faixas de orla. Alguns condomínios chegam a comercializar lotes de até 3.500 m², com 1.800,00m² de área construída, como é o caso de um condomínio fechado na praia de Capricórnio. Os valores pesquisados¹⁶ variam de R\$500.000 a R\$12.000.000, dependendo da localização, sendo este último, o valor de venda de um sobrado em condomínio no bairro Tabatinga.



FIGURA 4
Caraguatatuba – Condomínios e Loteamentos horizontais e Vazios Urbanos.
Fonte: Google Earth, 2011.

O impacto dos pequenos condomínios horizontais do tipo “vila” na malha urbana do município predominantemente nos setores centro e sul é mínima, na medida em que são implantados em lotes urbanizados, já incorporados ao tecido urbano onde a malha viária está constituída, e estão providos de infraestrutura semelhante ao restante da cidade.

Já a influência dos grandes condomínios horizontais fechados no setor norte, com a explícita falta de integração entre áreas urbanizadas, reproduz um modelo

¹⁵ Os principais condomínios e loteamentos fechados de Caraguatatuba são: Condomínio Portal Patrimônio, no bairro Massaguapé; Loteamento Park Imperial, no bairro Massaguapé; Condomínio Residencial Vila Verde; Condomínio Villagio Porto Fino, na praia da Mococa.

¹⁶ Pesquisas realizadas no site www.imoveisdeluxo.com.br e www.saintgermainimoveis.com.br, em abril de 2012.

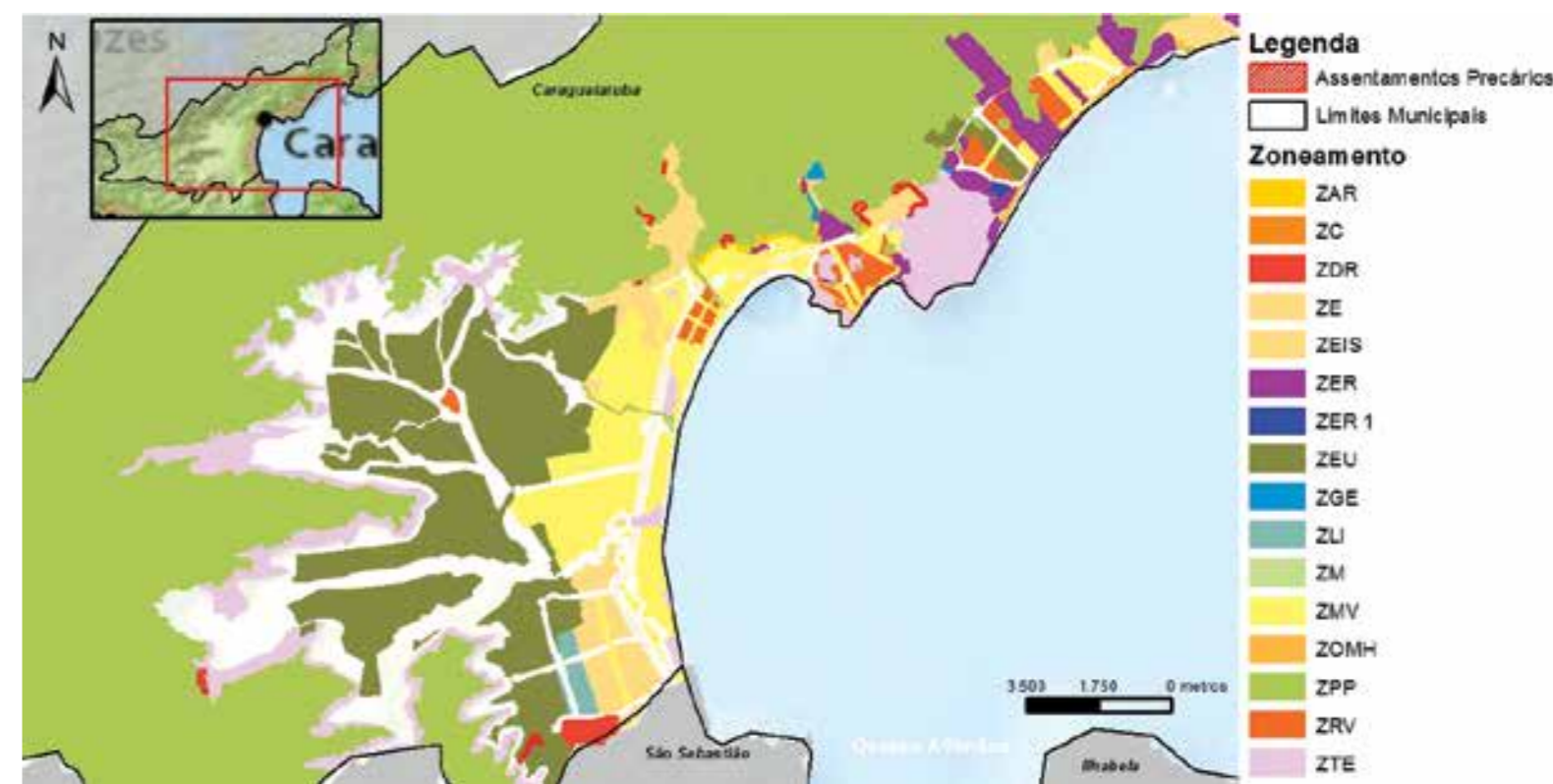
que favorece a segregação socioespacial, resultado do modelo de ocupação descontínua, com vazios urbanos passíveis de ocupação em áreas valorizadas pelo mercado de terras, apenas por domicílios de alta renda.

Outras características urbanísticas resultantes da implantação destes loteamentos e condomínios horizontais fechados são: a adoção de tipologias horizontais e traçados urbanos internos variados, e a criação de bolsões de áreas vazias entre os loteamentos, que serão valorizadas pela implantação de infraestrutura urbana e localização junto à orla marítima, sua principal via de acesso é a própria SP-55. Do ponto de vista do desenvolvimento urbano, primeiramente, pode-se verificar que os condomínios horizontais e loteamentos são implantados de forma descontínua ao longo da malha urbana da cidade, resultando em maiores gastos a serem empreendidos pelo poder Público local, à medida que melhorias de infraestrutura urbana e equipamentos públicos se fazem necessárias. Este modelo de ocupação, gera também bolsões de áreas vazias que acabam por servir de reserva de terras para os especuladores imobiliários. Estes, favorecidos pela urbanização dessas áreas, podem negociá-las por altos preços depois que o poder público instala infraestruturas e melhorias urbanas. Na área norte de Caraguatatuba predomina este modelo de ocupação do território, seguindo um padrão predominante nas cidades litorâneas brasileiras, e em muitas outras cidades, onde o capital se apropria da valorização das terras que se dá a partir de investimentos públicos.

Precariedade Habitacional e Regularização Fundiária

Os assentamentos precários presentes no município de Caraguatatuba têm como característica principal estarem localizados em áreas de risco e de proteção ambiental, condicionantes importantes para definição dos procedimentos de intervenção a serem adotados visando a solução do problema. Além disso, o município apresenta um problema que é estrutural da sua expansão urbana: a irregularidade dos loteamentos. Neste item serão tratadas questões de irregularidade atreladas à precariedade habitacional e urbana de ocupações de baixa renda.

Há um total de 19 assentamentos precários no município de Caraguatatuba, cuja distribuição está apresentada no mapa a seguir.



MAPA 6
Caraguatatuba – Distribuição dos Assentamentos Precários, 2012.
Fonte: Relatório de Habitação do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, 2012; Relatório IPT, 2010 e Plano de Investimentos da Sabesp, 2012. Elaboração: Instituto Polis, 2012.

Segundo o Relatório do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, foram identificados 1.181 domicílios em assentamentos precários, abrigando 4.208 moradores. Estas moradias estão localizadas nos núcleos: Tinga, Jaraguazinho, Rio do Ouro, Benfica, Cantagalo, Casa Branca, e Olaria, que se localizam no setor Central do município, e Sertão dos Torinhos que se localiza no setor Sul.



FIGURA 5
Caraguatatuba – Núcleo Jaraguazinho e suas moradias em área de risco, 2010
Fonte: IPT, 2010.

Uma característica marcante desses assentamentos que pode ser observada no mapa acima é a sua localização periférica nos morros do município. Observa-se também que grande parte desses assentamentos está localizada no setor central do município de Caraguatatuba, o que justifica-se pelas oportunidades de emprego oferecidas nesta região devido a presença de condomínios horizontais e empreendimentos verticais.

Além da demanda habitacional por novas moradias geradas pelo crescimento populacional, no município de Caraguatatuba, existe uma importante demanda habitacional que será gerada a partir do projeto viário que se está realizando na região, conforme mencionado anteriormente. A previsão, no período de elaboração do diagnóstico, era de que para a realização do Cortorno Norte sejam removidas cerca de 700 famílias.

Excetuando-se as unidades produzidas por cooperativas habitacionais que não são consideradas para efeito desta análise sobre a atuação do poder público, verificamos que o município viabilizou no período de 1994 a 2011, exclusivamente através da CDHU, 104 moradias, sendo todas de tipologias horizontais. Considerando as 207 unidades em construção pela CDHU, as 327 unidades em fase de viabilidade através do Programa federal MCMV e as 1.000 unidades previstas, em parceria com o CDHU, o município apresenta atualmente uma oferta de 1.512 unidades habitacionais para atender a demanda atual de moradias para a população que habita principalmente as áreas de risco do município.



FIGURA 6
Caraguatatuba – Conjunto Habitacional Vila Dignidade, 2012.
Fonte: CDHU, 2012.

Considerando que o déficit habitacional, calculado em 2000, era dimensionado em 2200 domicílios (sendo que parte dos domicílios em risco podem não estar contidos nesta estimativa já que os componentes do déficit não consideram moradias em área de risco), a produção pública habitacional já em execução e a estimada

para os próximos anos é insuficiente para resolver o passivo das necessidades habitacionais. É importante lembrar, que, conforme mencionado, o déficit representa apenas o passivo das necessidades habitacionais que ainda não foram solucionadas, a ele é preciso adicionar a demanda futura por novas moradias, que segundo as projeções analisadas a partir das tendências da dinâmica econômica do município irá se ampliar. Sendo assim, é essencial que o Município de Caraguatatuba se empenhe no planejamento habitacional de forma a solucionar em um horizonte temporal razoável as necessidades habitacionais prementes.

No âmbito da legislação municipal de Caraguatatuba não se encontra na sua lei orgânica normas jurídicas orientadoras da ação pública para lidar com as necessidades habitacionais e fundiárias da população de baixa renda. No que se refere à estrutura de gestão participativa, o art. 224 da LOM, ao relacionar os conselhos municipais que devem necessariamente ser regulamentados pela legislação ordinária, não menciona o conselho de habitação, criado posteriormente.

O Plano Diretor do município define áreas de ZEIS onde devem ser implantadas habitações de interesse social. Entretanto, o Plano não distingue ZEIS de áreas ocupadas e ZEIS de áreas vazias. Em seu art. 212, o Plano Diretor apenas institui o instrumento das ZEIS e coloca uma série de providências

a serem tomadas pelo município.

A legislação atual prioriza a preservação apenas do assentamento Núcleo Olaria. Os outros núcleos não estão demarcados como ZEIS, o que fragiliza a situação da população moradora nessas localidades.

Em 2009, a promulgação da Lei Municipal n. 1793/2009, em sintonia com o Estatuto da Cidade e com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituiu o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação. Dentre os objetivos deste conselho foi relacionada a elaboração e o acompanhamento da Política Municipal de Habitação. Mais recentemente, o plano diretor municipal (Lei Complementar n. 42/2011) dispôs sobre os objetivos gerais da Política de Habitação do Município de Caraguatatuba.

Diversos são os princípios e diretrizes da política urbana regulados pela legislação municipal de Caraguatatuba¹⁷. A Lei Orgânica do Município de

¹⁷ A Lei Orgânica Municipal de Caraguatatuba determina que durante a tramitação dos projetos de lei que versam sobre plano diretor integrado, o zoneamento urbano e geo-ambiental, o código de obras e edificações, a política municipal do meio ambiente e plano municipal de saneamento, serão obrigatórias as audiências públicas (art. 36, LOM). Ação judicial impetrada com a consideração de que não houveram audiências públicas durante o processo de tramitação do atual plano diretor de Caraguatatuba, resultou na suspensão judicial dos artigos oriundos de emendas parlamentares conforme decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo proferida em sede liminar de ação civil pública (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 0083103-85.2012.8.26.0000 no site do Tribunal de Justiça de São Paulo: www.tj.sp.jus.br)

Caraguatatuba (1990) define princípios fundamentais, como a redução de desigualdades regionais e sociais, promoção do bem-estar de todos, dentre outras.

O plano diretor de Caraguatatuba (Lei complementar municipal nº 42/2011) regula as políticas públicas de maneira ampla, tratando de temas como desenvolvimento econômico e social (Título II, Capítulo I); desenvolvimento humano e qualidade de vida (Título II, Capítulo II); meio ambiente e desenvolvimento urbano (Título III).

As funções sociais da cidade (art. 103 c/c art. 104, LOM) e da propriedade urbana (art. 97, LOM) além de consideradas princípios da política urbana em Caraguatatuba, são regulamentadas de maneira detalhada (art. 6º, parágrafo único e arts. 8º e 9º). A lei municipal define também o que deve ser considerado como área urbana não edificada, subutilizada e não utilizada (art. 207, plano diretor) para fins de aplicação do parcelamento, edificação e utilização compulsórios.

Importante avanço dado pelo Plano Diretor de Caraguatatuba, é que as áreas para aplicação dos instrumentos estão definidas pelo plano diretor e espacializadas em mapa (art. 206, plano diretor).

De acordo com o plano diretor, o território do Município está dividido em duas macrozonas (art. 102): Macrozona de Proteção Ambiental -MZPA sendo constituída pelo Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba (art. 103) e Macrozona de Desenvolvimento Urbano / MZDU, destinada ao desenvolvimento da ocupação urbana. O plano diretor de Caraguatatuba ainda destaca um zoneamento sob regime especial (Capítulo VI, art. 176 e seguintes) composto por zonas especiais de interesse social (I), áreas de desenvolvimento turístico (II); zonas de gerenciamento especial (III) e zonas de áreas de risco (IV).

Os parâmetros de uso e ocupação do solo no Município são regulados de forma extensa pelo próprio plano diretor, especialmente pelo Título VI (arts. 119 e seguintes).

Há diversos instrumentos jurídico-urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade regulados pelo plano diretor, que destina um título específico ao tema (Título VII). O próprio plano diretor, porém, prevê expressamente a necessidade de aprovação de leis municipais específicas para aplicação dos diversos instrumentos. Além dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, prevê a possibilidade de elaboração de planos setoriais e/ou regionais (Seção III, Título VIII, arts. 279 e ss.), infrações e penalidades (Capítulo IV, arts. 295 e ss).

O ordenamento jurídico de Caraguatatuba institui instrumentos de avaliação e mitigação das externalidades urbanas e socioambientais geradas por estes empreendimentos. Os instrumentos previstos na

legislação estão inseridos no âmbito da política de meio ambiente (EIA/RIMA) e no âmbito da política urbana (EIV). Não obstante o art. 264 mencione a regulamentação por decreto dos parâmetros de incomodidades do EIV, alertamos que a lei específica ainda deverá indicar critérios para mensurar o impacto e definir medidas compensatórias. Lembramos ainda, que para atingir os objetivos do instrumento, o município pode rever as hipóteses de exigência do EIV e modificar o conceito de impacto (atualmente restrito as incomodidades), a fim de que este instrumento seja utilizado na mensuração e compensação da sobrecarga dos novos empreendimentos de impacto na infraestrutura urbana.

O Município de Caraguatatuba – não obstante o fato da revisão do ZEE não ter sido finalizada – já considerou a possibilidade alteração da legislação estadual como componente do planejamento territorial do Município. Nesse sentido, o plano diretor criou uma Zona de Expansão Urbana – ZEU com um mapa de zoneamento próprio (art. 309, inciso VI; Mapa de Zona de Expansão).

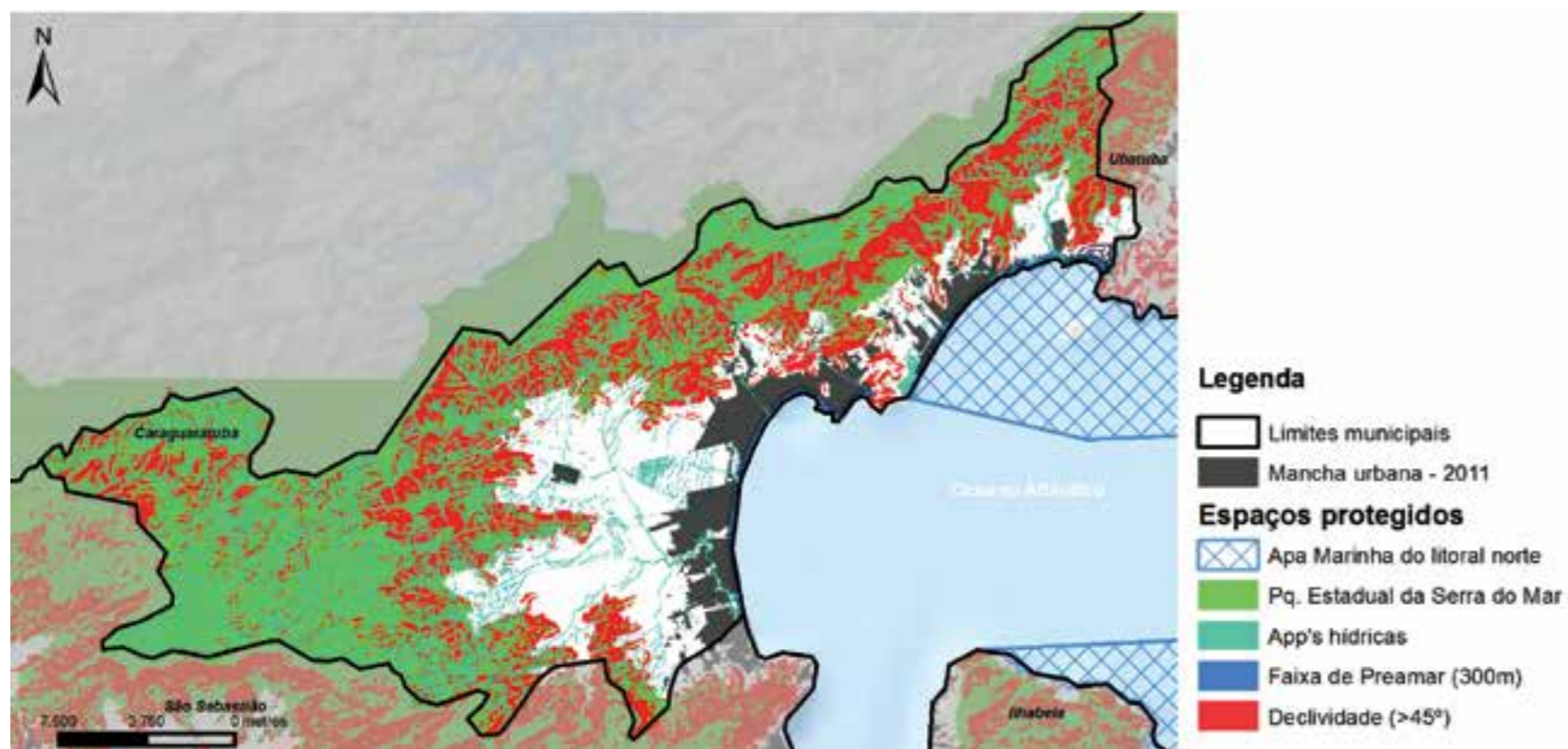
As proposições jurídicas condicionadas à aprovação de Decreto futuro podem gerar algumas dificuldades de interpretação. Não fica claro quais seriam os exatos efeitos jurídicos das regras estabelecidas para a ZEU já que condicionadas à revisão do atual ZEE- Litoral Norte. Pode-se levantar muitas dúvidas especialmente no que se refere aos eventuais direitos adquiridos (ou não) dos empreendedores a partir das regras estabelecidas pelo plano diretor para a ZEU. Afinal, o processo de revisão do ZEE ainda está em andamento. O atual Zoneamento Econômico Ecológico do Litoral Norte (Decreto estadual nº 49.215/04) pode ou não incorporar as previsões da ZEU¹⁸.

DESAFIOS AO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO URBANA

No Município de Caraguatatuba, como já apresentado anteriormente, o ritmo de crescimento populacional ainda se mantém acelerado, com TGCA de 2,49 % ao ano. Essa tendência leva a um processo de expansão urbana que aumenta as demandas por serviços, equipamentos e infraestruturas, os quais já apresentam quadros deficitários e de saturação em regiões do município. Se esse crescimento urbano não for ordenado e ocorrer de

¹⁸ O Zoneamento Ecológico – Econômico do Setor Litoral Norte já foi aprovado pelo Governador do Estado de São Paulo pelo Decreto Estadual nº 49.215/04, e estabeleceu uma série de zonas terrestres e marinhas. A atualização do zoneamento econômico ecológico do Litoral Norte é competência do Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte (art. 8º, Lei Estadual nº 10.019/98; art. 1º, inciso II e art. 5º do Decreto 47.303/02 alterado pelo Decreto 56.273/10). Conforme se depreende das atas do Grupo setorial mencionado (Atas de audiências públicas disponibilizadas em abril de 2012, pela Coordenadoria e Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo) - cujos titulares e suplentes foram designados para o biênio 2010-2012 (Resolução SMA 129/10)- já se iniciaram os debates sobre a revisão do atual ZEE- Litoral Norte.

modo inadequado junto aos cursos d'água, nos locais com topografia acidentada e em áreas com cobertura vegetal significativa, haverá problemas na ordem urbanística local. No contexto do litoral paulista como um todo, processos desordenados de urbanização também poderão pressionar o meio ambiente de modo negativo, com agravamento de fragilidades ambientais.



MAPA 7
Caraguatatuba –Monitoramento de áreas para a expansão urbana
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 2010, SP; IBAMA, 2011; MOSAICO SRTM, 2011; Google Earth, 2011; Prefeitura municipal de Caraguatatuba e Avaliação Ambiental Estratégica – PINO.
Elaboração: Instituto Pólis.

Em Caraguatatuba, as principais áreas desocupadas e com potencial de ocupação concentram-se entre o centro e a região sul do município¹⁹. Nesta região as áreas com potencial de ocupação estão mais afastadas da Serra do Mar, apresentando uma grande extensão de áreas planas para a ocupação. Na região norte do município se encontram áreas desocupadas com potencial para ocupação próximas à orla, entretanto esta áreas estão mais próximas às escarpas sendo entrecortadas por áreas com declividade acentuadas inadequadas à ocupação e muitas APPs hídricas dos vários cursos d'água que passam pela região, o que dificultam a ocupação mais intensa destas áreas.

Apesar de Caraguatatuba apresentar ainda muitas áreas com potencial para ocupação, em relação aos fatores geotécnicos, todas estas áreas potencialmente ocupáveis apresentam algum grau de fragilidade geotécnica. Este fator traz a necessidade de um rígido controle sobre a ocupação urbana deste município, com o estabelecimento de regras de ordenamento urbano e de construção que garantam uma ocupação adequada às restrições geológicas.

Saneamento Ambiental

O saneamento ambiental corresponde ao conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

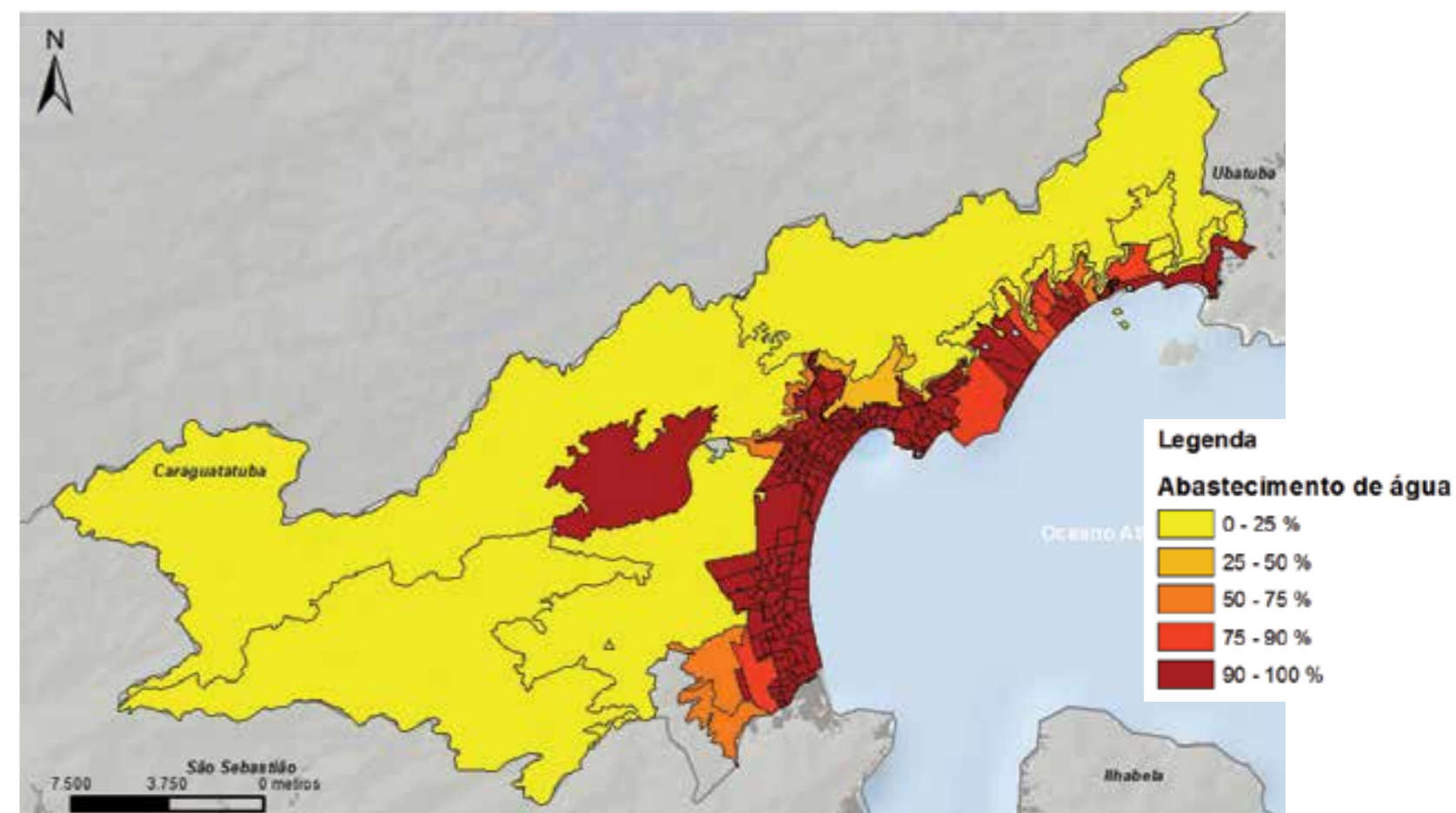
O município de Caraguatatuba possui dois sistemas públicos principais de produção e abastecimento de água operados pela SABESP: Porto Novo/Guaxinduba, ao sul, e Massaguaçu, ao norte. Estes sistemas públicos atendem

¹⁹ A identificação das áreas potenciais para ocupação urbana baseou-se na justaposição dos seguintes elementos: Unidades de Conservação; Reservas Particulares de Preservação Natural (RPPN); áreas com alta declividade, maior do que 45 graus; Áreas de Preservação Permanente que se encontram localizadas junto aos cursos d'água.

88,9% da população urbana do município. Já os sistemas particulares respondiam por apenas 6% do atendimento. Ou seja, 5,1% da população não era atendida.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, Caraguatatuba possuía um total de 52.124 domicílios particulares, dos quais 31.947 estavam ocupados com residentes fixos e destes, 31.683 (99%) estavam ligados à rede geral de distribuição de água²⁰.

Conforme mapa abaixo, observa-se que os melhores índices de cobertura se encontram nos setores situados entre a região do entroncamento da Estrada dos Tamoios com a SP-55, junto à área central, e o extremo sul do município, área em que o percentual varia entre 50% e 100%, com menor oferta do serviço nas áreas esparsamente urbanizadas a oeste do bairro Canto do Mar e ao norte do Centro, que se encontra na faixa entre 25% e 50% de domicílios ligados à rede. Na costa nordeste do município, nas praias de Massaguaçu, Cocanha, Mococa e Tabatinga, o atendimento também varia entre 50% e 100%, mas os setores com 100% de atendimento são em menor número do que na costa sul.



MAPA 8
Caraguatatuba: Domicílios particulares permanentes com rede de abastecimento de água da rede geral.
Fonte: Censo demográfico IBGE 2010, Google Earth, 2011, PLHS. Elaboração: Instituto Pólis, 2012.

O processo de ocupação urbana de Caraguatatuba, aliado a um quadro histórico de baixo nível de investimento em saneamento básico na região, resultou em índices de atendimento insatisfatórios. Este fator representa um grande desafio em função do crescimento demográfico decorrente da implantação das unidades da Petrobras em Caraguatatuba. Apesar de investimentos da SABESP, a demanda pela ampliação dos serviços de abastecimento de água aparece cada vez mais intensamente e serão necessários grandes investimentos do Poder Público para que o sistema abasteça de forma satisfatória a demanda atual e futura.

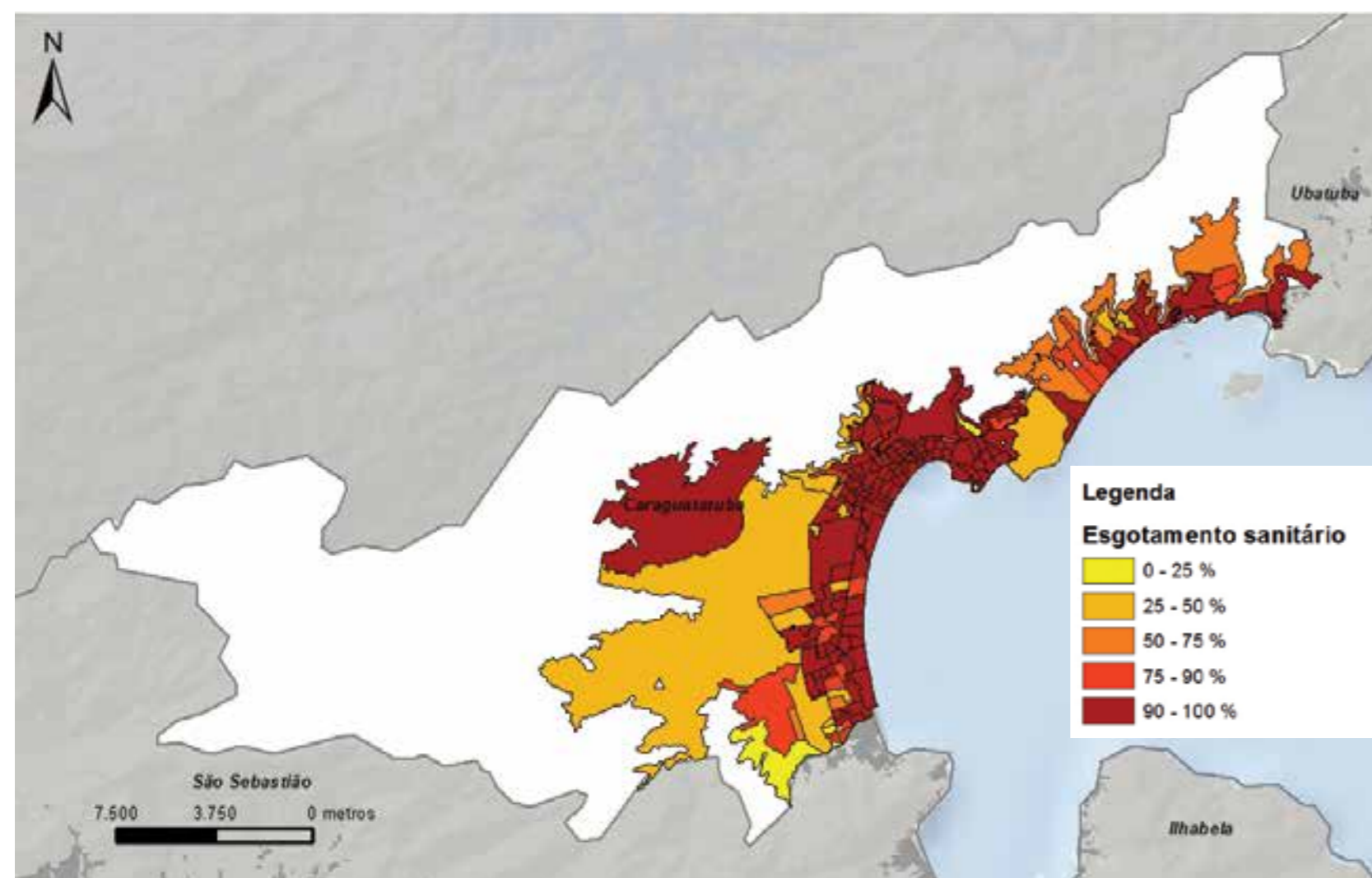
Em relação à coleta e tratamento de esgoto, o sistema público de Caraguatatuba está dividido em quatro subsistemas principais: Porto Novo, Indaiá, Martim de Sá e Massaguaçu. Conforme informado no relatório da Proposta de Plano Diretor Integrado de Saneamento Básico de Caraguatatuba (SÃO PAULO, 2011, p.75), a extensão total de rede coletora existente no município era de 394,1 km e 1,7 km de emissários. Segundo a mesma fonte, havia 23.204 ligações ativas de esgoto e 30.201 economias. O mesmo relatório apontou que estava projetada a implantação de mais 301,01 km de novas redes, com a conclusão das obras prevista para 2015.

²⁰ Desafortunadamente, os dados referentes aos domicílios ligados à infraestrutura de saneamento básico se restringem somente ao universo dos domicílios ocupados, excluindo os domicílios desocupados que são os vagos e de uso ocasional.

O índice de atendimento do sistema público de esgotamento sanitário do município, segundo São Paulo (2011, p.75), era de 52,7%, sendo que 42% do esgotamento sanitário são de responsabilidade da SABESP, e 100% dos esgotos coletados são tratados. Conforme esta fonte, com a rede de coleta de esgoto sanitário existente eram atendidos 45.777 habitantes, número que corresponde a 45,4% da população fixa do município, segundo o Censo Demográfico 2010, do IBGE. Portanto, a exemplo dos demais municípios do Litoral Norte, a oferta do sistema público de coleta de esgotos não é satisfatória, num quadro de crescimento demográfico acelerado, agravado pelo perfil turístico sazonal do município.

Ademais, segundo São Paulo (2011, p.85), o município de Caraguatatuba conta com dois sistemas isolados de coleta e tratamento de esgoto sanitário: Pegorelli e Ilha do Sol. Conforme o relatório, estes sistemas são operados pela SABESP, mas na época do levantamento ainda não haviam sido transferidos formalmente para a concessionária. Segundo a mesma fonte, estes sistemas possuem Licença de Operação concedida pela CETESB, com vencimentos em 6 de novembro de 2014 e 26 de outubro de 2011, respectivamente.

Conforme o mesmo estudo, as demais economias não atendidas pelos sistemas públicos operados pela Sabesp fazem uso de fossa séptica ou lançam seus efluentes diretamente nos córregos mais próximos. Conforme mapa abaixo, observa-se que o uso de fossas sépticas é mais disseminado nas áreas sul e central do município, ainda que alguns setores nas praias situadas ao norte indiquem a adoção desta tecnologia, cuja utilização não costuma apresentar bom desempenho, sobretudo em áreas litorâneas. Excetuando-se a área central do município, há mais cobertura de sistema público de esgoto em áreas ocupadas por domicílios de uso ocasional do que em áreas predominantemente ocupadas por domicílios de uso permanente.



MAPA 9
Caraguatatuba: Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial ou via fossa séptica (2010).
Fonte Básica: Censo Demográfico IBGE, 2010.
Elaboração: Instituto Pólis.

Em 2009, 20% das praias foram classificadas na categoria A (muito boa) e 60% na categoria B (boa). Já em 2010, 73% foram classificadas na categoria B e nenhuma na A (Classificação OMS, CETESB, 2011, p. 46).

DRENAGEM URBANA

Segundo São Paulo (2011, p.96), existe em Caraguatatuba um grande problema com relação a drenagem urbana em função das ocupações irregulares em áreas inundáveis. Cerca de 40 mil pessoas vivem nesta sub-bacia, que corta a planície com dez quilômetros de extensão e deságua no mar. Quando o volume de água é grande na cabeceira e a maré está alta este rio transborda em vários pontos.

Neste município, como apontou o Plano Municipal de Redução de Risco de Caraguatatuba (CARAGUATATUBA, 2006), há situações em que a deficiência no sistema de drenagem, seja por ocupação irregular de APP ou por deficiências de projeto ou de manutenção, alguns problemas de drenagem acabam por induzir o surgimento de situações de risco de solapamento de margens de curso d'água, ou de escorregamento de encostas. Portanto, merece especial atenção as intervenções estruturais e não estruturais apresentadas pelo referido Plano, assim como sua revisão periódica, a fim de atualizar o mapeamento destas situações e eventualmente serem propostas novas intervenções.

Os pontos críticos estão distribuídos de forma generalizada na área urbana do município, com maior relevância em termos de área afetada na costa centro sul. Verifica-se que o eixo da rodovia SP-55, que na área urbana da costa sul denomina-se Avenida José Herculano, concentra a maior parte dos pontos de alagamento. Portanto, a questão do enfrentamento destes problemas possui grande importância em termos de mobilidade regional.

Conforme informa o relatório (SÃO PAULO, 2011, p.101), as ações adotadas pelo Município, no âmbito do sistema de drenagem limitam-se aos serviços rotineiros de manutenção. Porém, a mesma fonte (SÃO PAULO, 2011, p.153) apontou que "o município de Caraguatatuba vem, há várias décadas, implantando medidas de atenuação dos efeitos das enchentes e inundações". Todavia, estas medidas não vêm demonstrando ser suficientes. Para tentar solucionar os problemas de drenagem, a Secretaria de Planejamento, Economia e Gestão de Caraguatatuba vem realizando estudos para elaboração de um plano municipal de macrodrenagem.

O relatório (SÃO PAULO, 2011, p.155) apresenta, ainda, estimativa preliminar do investimento necessário para execução das intervenções específicas para subsidiar o equacionamento dos diversos problemas de drenagem urbana em Caraguatatuba que totalizariam cerca de R\$ 21 milhões.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Estimativas²¹ apontam a geração de resíduos atingindo cerca de 116 t/dia, número que se eleva substancialmente em período de alta temporada e de feriados prolongados, podendo dobrar ou até mesmo triplicar. Do total, o segmento úmido representa 62,9% dos resíduos sólidos domiciliares e os resíduos secos, 30,3%, valores que correspondem à média nacional.

Por sua vez os dados de composição dos resíduos secos no Brasil (dados do IBGE 2010) e em Caraguatatuba apresentam-se relativamente próximos: papel/papelão representa 13,1% do total destes resíduos no país, plásticos 13,5%, metais 2,9% e vidros 2,4%, já em Caraguatatuba tem-se 10,6%, 13,6%, 1,8% e 1,7%, respectivamente.

A Secretaria de Meio Ambiente de Caraguatatuba é responsável pelo planejamento e gestão dos resíduos sólidos, sendo que a operação dos serviços está a cargo da Secretaria de Serviços Públicos. A Prefeitura, através da Secretaria de Serviços Públicos, possuía, até Dezembro de 2011, parceria com uma Ong (denominada Maranata) para atividade de coleta e triagem de recicláveis.

O sistema de coleta, transbordo e destinação de resíduos sólidos de Caraguatatuba funciona sob regime misto de gestão: a varrição, coleta, transbordo, transporte e destinação final estão a cargo de três empresas distintas, sendo que a manutenção de vias públicas (incluindo a orla), assim como de áreas verdes, de bocas de lobo e limpeza de feiras livres são de responsabilidade da Prefeitura.

Os resíduos são destinados para aterro controlado²² no município de Santa Isabel, denominado Anaconda Ambiental, que se situa cerca de 130 km de distância do local onde é gerado, podendo levar mais de três horas até o destino final. O trajeto inclui a subida da serra pela Rodovia dos Tamoios, cujo sistema operacional restringe o tráfego pesado em determinados períodos, em especial aos finais de semana, quando há maior fluxo de turistas.

Na visão dos gestores entrevistados, o foco da gestão é a destinação final, o que demanda uma solução regional, não apenas do município de Caraguatatuba. Porém, a construção de aterro sanitário seria uma so-

²¹ Estimativa produzida pela equipe do Pólis, com base em estudos desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente no processo de elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

²² Esta unidade é classificada como aterro controlado, pela Cetesb, técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, que utiliza princípios de engenharia para confinar resíduos que, apesar de minimizar os impactos ambientais, produz, em geral, poluição localizada, porque costuma não dispor de impermeabilização de base (comprometendo as águas subterrâneas), nem sistemas de tratamento de chorume ou dispersão dos gases gerados. Este aterro em Santa Isabel possui Licença de Instalação - Li e Licença de Operação - LO e tem IQR (Índice de Qualidade de Aterro) 8,0 nota máxima para este tipo de destinação.

lução no futuro apenas para os rejeitos de Caraguatatuba, pois como está colocado no final da fala do Secretário Adjunto, há uma lei municipal que impede a instalação deste tipo de unidade de tratamento.

Segundo o Portal de Caraguá, a coleta seletiva recolheu cerca de 100 mil quilos de materiais recicláveis no 1º semestre de 2011 em todas as regiões do município. Porém, não há abrangência total do município e o sistema, de modo geral, não é eficiente.

Mobilidade

A configuração do sistema viário de Caraguatatuba, com o entroncamento de duas importantes rodovias regionais, SP-55 e SP-99, denominadas, respectivamente, Dr. Manoel Hyppólito Rego Jr. e dos Tamoios, resulta na formação de um entrelaçamento de trânsito local e regional, cujo ponto focal é a área central do município. O mapa abaixo apresenta o referido entroncamento, que distribui e coleta o trânsito ao norte a ao sul do município.



MAPA 10
Sistema Viário de Caraguatatuba.
Fonte: Google Earth (2012). Elaboração: Instituto Pólis.

O trânsito local de Caraguatatuba vem crescendo expressivamente em razão do aumento da frota de veículos motorizados do município, que aumentou 216,8% entre 2002 e 2010, passando de 17.111 unidades para 37.103. Neste intervalo de tempo, a frota de automóveis cresceu 201,4% (de 9.831 para 19.800), porém o número de habitantes por automóvel caiu de 8,46 para 5,08; a frota de motocicletas cresceu 291,2% (de 3.934 para 11.457), enquanto a de ônibus permaneceu praticamente estável (de 102 para 103). Ou seja, nota-se claramente o crescimento do transporte motorizado individual, sobretudo de motocicletas, em detrimento do coletivo²³. Tal crescimento dos ciclomotores está relacionado ao perfil de renda municipal, que é predominantemente baixa, conforme já foi visto.

Como decorrência da ampliação acelerada da frota local, do trânsito turístico e do transporte de cargas, em grande parte influenciado pela implantação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), o governo estadual vem planejando a implantação de duas grandes intervenções viárias, as quais foram apresentadas acima no tópico sobre grandes empreendimentos: a duplicação da rodovia dos Tamoios e a constru-

²³ Como os dados referentes a micro-ônibus não são desagregados dos referentes a camionetas, não é possível uma avaliação mais detalhada acerca desta questão, pois não se pode aferir o crescimento do transporte coletivo por meio de micro-ônibus, no período indicado.

ção dos anéis dos Contornos de São Sebastião e Caraguatatuba. Estas intervenções viárias terão importante impacto sobre a mobilidade local.

O transporte coletivo público do município de Caraguatatuba, cuja gestão está a cargo da Secretaria Municipal de Trânsito, por meio da Divisão de Trânsito (DITRAN). Segundo informação prestada pela Secretaria Municipal de Trânsito, a empresa concessionária do sistema de transporte coletivo é a Praiamar, cujo contrato passou a vigorar em 2006 e possui prazo de vigência de quinze anos. Conforme a mesma fonte, esta empresa disponibiliza 58 veículos para operação²⁴, sendo que dentre estes operam alguns micro-ônibus, que sairão em breve de circulação. Atualmente, dezoito linhas atendem ao município

Conforme informação desta pasta, em julho de 2011 foi realizada pesquisa de satisfação, junto aos usuários do sistema, e os pontos críticos identificados foram: atrasos, redução de veículos aos finais de semana e conduta inadequada dos motoristas.

O Terminal Rodoviário se localiza na Av. Brasília, no Centro do Município, e recebe ônibus intermunicipais das empresas Viação Litorânea, que conecta principalmente o Litoral Norte e Baixada Santista; do Grupo Soares Penido²⁵ e Normandy, que liga Caraguatatuba ao Rio de Janeiro pelo eixo SP-55/BR-101, passando por Paraty e Angra dos Reis.

Em função das já mencionadas limitações da estrutura viária de Caraguatatuba, a utilização de bicicletas para transporte de passageiros, seja para motivo de trabalho, estudo ou lazer, assume especial relevância. Atualmente, o município conta com um total de 26,0 km de ciclovias e 1,5 km de ciclo faixa. A mesma fonte informou, ainda, que a Prefeitura vem adotando a sistemática de executar obras de pavimentação acompanhadas da implantação de 4 ciclovias.

A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E A MOBILIDADE URBANA E REGIONAL

A Lei Orgânica de Caraguatatuba define as infraestruturas de transporte como elementos fundamentais para incentivar o Turismo, entendido como principal fator de desenvolvimento social, cultural e econômico do município (art. 101, LOM). Há que se atentar para o fato de a LOM não mencionar expressamente de que modo e a que modais de transporte devem servir estas infraestruturas (rodoviário, cicloviário ou peatonal, entre outros).

²⁴ Segundo informou esta Secretaria, na temporada de verão não há aumento da frota de ônibus.

²⁵ Deste grupo também faz parte a Viação Pássaro Marrom, que tem sua principal área de operação no Vale do Paraíba.

Segurança Alimentar e Nutricional

A implantação de sistemas municipais / regionais de segurança alimentar e nutricional (SISAN) colabora na melhoria das condições sociais da população, gerando impactos positivos no acesso à alimentação adequada e saudável e constitui uma estratégia capaz de fazer frente aos desafios colocados para a região do litoral de São Paulo nos próximos anos.

Do ponto de vista dos programas, um primeiro aspecto que se destaca é o pequeno número de proposição municipal em Caraguatatuba associados à segurança alimentar e nutricional, sinalizando a pouca incorporação da temática pela atual gestão. Dentre os programas existentes, foram identificadas sete iniciativas no eixo de "acesso ao alimento", a saber: Programa Bolsa Família; Programa Renda Cidadã; Projeto Artes e Renda Caiçara; Viva Leite; Programa de Alimentação Escolar; Projeto Tempero de Mãe; Projeto "Acertando os Ponteiros" e uma iniciativa no eixo 5, que trata da Alimentação e Nutrição no nível da Saúde – o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Do total de iniciativas, três são de proposição federal, três de nível estadual e quatro exclusivamente municipais.

Ainda no eixo de acesso à alimentação, há que se mencionar a desativação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como o Banco de Alimentos "Maria Marques Burihan" e o Centro de Referência de SAN (CRESANS).

Já no campo da produção e abastecimento, o acesso à terra urbana e rural na região enfrenta a disputa da especulação imobiliária, com grandes empreendedores, não só nas áreas próximas às praias, mas também em sítios na zona rural do município.

Neste eixo verificou-se apenas as iniciativas públicas de ATER, porém destaca-se a possibilidade de se ampliar as ações retomando projetos já elaborados anteriormente, a exemplo do aproveitamento de resíduos de peixe, ou o projeto Programa da Ação Participativa para a Pesca Artesanal – PAPP da Petrobras, elaborado pela SOMA, empresa de consultoria com vistas a fortalecer a produção familiar local.

Ainda neste campo, é de fundamental importância fortalecer a iniciativa conjunta da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de contribuir com a articulação dos produtores locais.

No nível estadual, a falta de infraestrutura da Casa da Agricultura, vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, as condições de instalações e a dimensão de sua equipe, limitam a sua possibilidade de colaborar no fomento ao associativismo e ao cooperativismo na região.

Merece destaque ainda, a intenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de organizar uma feira para o produtor local para a venda de produtos livres de agrotóxicos, a partir de um trabalho com um grupo de agricultores que tem interesse em realizar o processo de transição para agricultura sustentável.

Cabe lembrar que mais de 80% do município é protegido por lei ambiental, o que acentua a necessidade de incentivar a agricultura de base agroecológica.

Por fim, em 2009 foi elaborado o Plano Municipal Plurianual de Desenvolvimento Sustentável Rural e da Pesca de Caraguatatuba, com participação do Conselho de Desenvolvimento Rural, que teve por base um diagnóstico referente às áreas da pesca artesanal, maricultura e agricultura familiar e que em resumo elencou as principais dificuldades encontradas pelos participantes.

Quanto ao Programa de Alimentação Escolar, há dificuldades para a participação de pescadores e agricultores locais no abastecimento desse mercado. Segundo os agricultores, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca deveria articular novamente os produtores, a associação, a cooperativa e a Diretoria de Alimentação Escolar para planejar a produção e a entrega.

Fato importante a ser destacado aqui é que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar encontra-se “desmontado”.

Saúde

Caraguatatuba conta com três USF – Unidades de Saúde da Família –, e Oito UBS- Unidades Básicas de Saúde –, entre as quais a UBS Centro que estaria junto com o Centro de Especialidades, tendo equipes de Saúde da Família, havendo menção à necessidade de separação destes materiais. Além disso, há o Centro de Controle de Zoonoses; Casa de Apoio à Famílias em Situação de Risco - Projeto Crescer (demanda de um psiquiatra); Centro de Especialidades Odontológicas; Centro de Atenção Psicossocial; Unidade de Atendimento à Moléstias Infecto-Contagiosas – UAMI; Centro de Especialidades; e foi também mencionado um “PACS Sumaré”, que deveria ser dividido em duas equipes.

Além das unidades de saúde mencionadas acima, existe uma Clínica Municipal de Fisioterapia e Reabilitação; o Laboratório Regional de Saúde Pública (Municipalizado); um Hospital Filantrópico com 117 leitos operacionais, 06 leitos de UTI Adulto e 01 de isolamento; e o Ambulatório Médico de Especialidades – AME (Gestão Estadual).

Em 2011, de acordo com a Sala de Situação em Saúde (MS-Datasus CNES) havia 175 leitos hospitalares no município, sendo 137 disponíveis para o SUS (131 da Santa Casa e 6 estaduais), o que representa 1,36 leitos SUS para cada mil habitantes.

Apesar de uma queda em 2011, Caraguatatuba possui a maior cobertura de planos de saúde privados do Litoral Norte. Não temos uma explicação para esta queda. Sabe-se que quase dois terços da população tem planos privados das empresas empregadoras, e os demais dividem-se entre planos individuais e planos coletivos por adesão, isto é, pagos pelos próprios segurados, mas em planos cujos reajustes não são fiscalizados pela ANS como os individuais.

Os dados do Ministério da Saúde/ Sistema de Informações Hospitalares do SUS 2011 revelam que parte das internações de moradores de Caraguatatuba ocorrem fora da cidade, porém esta tendência encontra-se em queda, pois de cerca de 900 (de um total de 6334, 2010) diminuiu para cerca de 500 (de um total de 7.506, 2011) internações. Os hospitais de referência para as internações e cirurgias de alta complexidade estão em Taubaté e São José dos Campos, da Rede Regional de Atenção à Saúde – RRAS – em que estão os quatro municípios do Litoral Norte. Mas algumas internações (como as poucas em hospitais federais) são realizadas em São Paulo, e outras em Santos. É dado como certo que a Secretaria de Estado da Saúde construirá em breve um hospital regional em Caraguatatuba, antiga reivindicação dos quatro municípios do Litoral Norte.

Caraguatatuba apresenta bom desempenho no encerramento oportuno das doenças notificadas (SINAN/SUS), com índice de 85,5%. Porém, de acordo com o IDSUS 2012, o município ficou com 6,07 (grupo 3) – superando apenas Ubatuba no Litoral Norte, indicando precisa melhorar vários itens. Isso depende de entendimentos com os seus vizinhos para propiciar os serviços ainda não disponíveis no município. A construção pelo governo Estadual do Hospital Regional do Litoral Norte em Caraguatatuba será fundamental para aumentar o acesso da população à assistência hospitalar.

Ressalta-se a alta cobertura da atenção básica pela Estratégia de Saúde da Família no município, e a redução importante da mortalidade infantil em 2011, relatado no RAG-2011. Porém, em 2010, dos 670 óbitos ocorridos no município, apenas 50,3% foram de pessoas com mais de 65 anos, mostrando que a mortalidade precoce é ainda muito alta. Apenas São Sebastião teve um valor menor no Litoral Norte. Esta mortalidade precoce pode ser reduzida pelo aperfeiçoamento da Estratégia de Saúde da Família para a redução de mortes e incapacitações dos moradores pelas DANT – as doenças e agravos não transmissíveis – principalmente por doenças do aparelho circulatório, como os enfartes cardíacos e os derrames, seguidas

por vários tipos de cânceres que podem ser evitados ou diagnosticados e tratados precocemente, com melhores resultados. Além disso, tanto as internações quanto a demanda por assistência especializada provocadas por estes agravos poderiam ser reduzidas.

Segurança Pública

De acordo com as taxas criminais disponíveis para Caraguatatuba referentes ao período 2002/ 2006, o município ocupava a posição 41º entre os 556 municípios²⁶ com maiores taxas médias de homicídio na população total²⁷, com alta incidência na população jovem. Caraguatatuba também consta na listagem dos 200 municípios com maiores taxas de óbitos por armas de fogo²⁸, ocupando a posição de número 23. Dos outros 12 municípios em análise, apenas São Sebastião apareceu na mesma listagem (110º).

Sobre o panorama nacional, um estudo mais recente²⁹ aponta que no período que compreende os anos de 2008 a 2010, Caraguatatuba ocupa a posição 162º na lista dos 200 municípios com mais de 10.000 habitantes que possuem maiores taxas médias de homicídio. Dos outros 12 municípios da pesquisa, nenhum está presente em tal ranking.

Quanto aos furtos, os dados mostram o aumento dos índices que atingem seu grau mais elevado em 2003, quando ultrapassam a taxa anual de 1200 furtos para cada 100 mil habitantes. A partir de então, os furtos seguem em queda até o ano de 2006, quando se estabilizam, voltando a cair em 2009. O ano de 2010 tem os índices mais baixos de furtos em todo o período analisado. A partir de então, esse tipo de crime volta a crescer e em 2011 termina com uma tendência de crescimento de furtos no município³⁰.

As taxas de roubo seguem um padrão relativamente semelhante à tendência observada nos crimes de furto³¹. Em relação à sazonalidade dos crimes, os furtos são mais expressivos nos meses de veraneio, época em que a cidade recebe mais turistas.

²⁶ Número que corresponde a 10% do total de municípios no Brasil.

²⁷ Jacobo Waiselfisz, 2008: 32. A título de comparação, entre os 13 municípios litorâneos abordados no diagnóstico, Ilhabela, Mongaguá, Guarujá, São Vicente, Santos, Praia Grande, não apareceram no ranking. No ano de 2006, Caraguatatuba também apareceu entre os 200 municípios com maior número de homicídios na população total, ocupando a posição de n. 98º

²⁸ Para o período de 2002/2006. In: Jacobo Waiselfisz, 2008.

²⁹ Jacobo Waiselfisz, 2011.

³⁰ De acordo com a PNAD (2010), no ano de 2009, apenas 37,7% das pessoas que foram furtadas procuraram a polícia. Desse total, 10,1% não foram bem sucedidas no registro do Boletim de Ocorrência. É importante notar que para o caso de furto, as variações podem estar associadas também à notificação ou não desse tipo de crime. A subnotificação de furtos e roubos é um fenômeno reconhecido no Brasil e se explica pela falta de confiança nas instituições policiais, somada a sua pouca capacidade de prevenir ou solucionar esses tipos de crimes.

³¹ De acordo com a PNAD (2010), no ano de 2009, somente 48,4% das vítimas de roubo procuraram a polícia.

Quando comparada com outras cidades da mesma região, Caraguatatuba registra as menores taxas para os crimes de “furto” e “roubo”. No que se refere a furto e roubo de veículos, contudo, a cidade tem o segundo índice mais elevado, muito próximo à Ubatuba, o município da região com os maiores índices de ocorrências. O mesmo acontece com os “homicídios dolosos”: o município tem praticamente os mesmos índices de Ubatuba.

A comparação dialoga, ainda, com dados de 2012 que apontam Caraguatatuba na contramão da onda de redução da criminalidade pela qual algumas cidades do litoral vêm passando, apresentando por exemplo, um aumento considerável no registro de homicídios dolosos.

Diferentemente de outras cidades brasileiras, Caraguatatuba tem no seu Plano Diretor indicativos precisos a respeito das potenciais atribuições do município em se tratando das políticas de segurança pública

Cultura

Caraguatatuba pode ser definida como uma cidade de muitos povos. Em seu território amplo e fragmentado, devido a sua característica de horizontalidade, encontram-se muitas etnias e descendências, criando assim um ambiente cultural diversificado.

Ainda é possível identificar traços da cultura caiçara e da cultura dos afrodescendentes por meio de manifestações pontuais e algumas festas tradicionais. Uma grande contribuição para a preservação da cultura local é dada pela existência e atuação da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC –, fundação pública que organiza diversos eventos culturais na cidade, tendo como objetivo incentivar o desenvolvimento artístico e garantir o direito do cidadão ao aprendizado cultural.

As Festas tradicionais que acontecem na cidade também têm o auxílio da FUNDACC. Uma das mais conhecidas é a Festa do Divino.

Entretanto, mesmo com estas festas voltadas para a cultura tradicional, o que se observa é que algumas destas manifestações não surgem nas comunidades, como é o caso da Festa do Camarão, organizada pela FUNDACC, que trabalha para, no dia da festa, resgatar algumas práticas antigas da região, como a corrida de canoas e o pescador tecendo redes.

O Movimento Negro na cidade, que também tem seu significado na cultura local. Todo ano a cidade comemora o dia da consciência negra com inúmeras atrações e celebrações, estendendo a comemoração para uma semana inteira. O movimento se mostra presente na concepção e organização da semana que é realizada

com a parceria da prefeitura, pelo gabinete do prefeito, da FUNDACC, da ONG Zambô e do ponto de cultura Akubalin, representantes do movimento afro. A Igreja Católica também participa com a realização da Missa Afro organizada pela Pastoral dos Negros.

As festas que atraem mais turistas são: a Festa do Camarão, organizada pela FUNDACC, a Festa da Tainha e a do Mexilhão, organizadas pela Secretaria de Turismo em parceria com a colônia de pescadores e associações de moradores dos bairros tradicionalmente pesqueiros.

Embora com múltiplas dinâmicas culturais, o município de Caraguatatuba revela uma certa fragmentação em relação à maioria das ações realizadas pela área pública. Do ponto de vista da gestão, seria necessária a criação de um sistema municipal de cultura que incluisse a existência de políticas contemplando a diversidade das manifestações culturais.

Os municípios que estruturaram o seu sistema local revelam maior diversidade na representação cultural e maior democratização na partilha de recursos, nos processos participativos, nas decisões culturais e na formulação de políticas públicas.

As festas tradicionais dos pescadores ainda são tímidas frente aos grandes potenciais que apresenta, tanto no campo cultural como no da geração de renda. A existência de um único Ponto de Cultura na cidade enfraquece as manifestações populares oriundas da sociedade civil e não dá visibilidade as culturas locais, tradicionais e contemporâneas.

Um maior orçamento público e um sistema local de cultura poderão resignificar o conjunto de festas e eventos públicos definindo prioridades na sua realização e parcerias com outros atores regionais. Pois as manifestações tradicionais são também características de toda a região e, portanto, poderão ser objeto de articulação mais amplas entre os diversos parceiros e o governo do estado.

A criação de uma lei municipal de patrimônio imaterial poderia contribuir para o registro e fortalecimento das manifestações culturais observadas no município.

EIXO 03 – GESTÃO MUNICIPAL

Mais do que investigar a estrutura administrativa do município, nos interessa apontar os principais resultados das análises sobre o financiamento público do município e a gestão participativa, que nos permitem iluminar questões centrais ao desenvolvimento sustentável do município.

Financiamento Público

A capacidade de gestão tem relação direta com as condições de financiamento público, sendo a compreensão das receitas e despesas do orçamento municipal um aspecto essencial para a discussão dos desafios de desenvolvimento das políticas públicas.

O município de Caraguatatuba arrecadou em 2010 R\$ 269,3 milhões³². Considerando que a população daquele ano, segundo censo do IBGE, era de 100.840 habitantes, temos um orçamento per capita de R\$ 2.671,06.

Em relação à receita destaca-se que a Receita Corrente representou 99,2% do total da arrecadação, R\$ 267,2 milhões, enquanto a Receita de Capital atingiu 2,4%, isto é, R\$ 6,5 milhões.

Dentro da Receita Corrente a Receita Tributária representou 35,9% do total arrecadado, R\$ 96,6 milhões sendo o ISS – Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza - a mais importante fonte de recursos deste grupo de receitas e representou 18,3% da receita orçamentária do município – R\$ 49,2 milhões.

No que diz respeito às Transferências Correntes, que representaram a maior fonte de arrecadação, com 48,3% do total da receita que representou R\$ 130,2 milhões, a maior parte veio da União, que atingiu 22,0% do total arrecadado com R\$ 59,4 milhões. A receita de Transferência da União mais elevada está na transferência do FPM que representou 8,4% do total da receita. Em relação ao potencial de crescimento das transferências baseadas no FPM é importante assinalar que elas estão vinculadas ao crescimento do PIB porque os recursos deste Fundo estão baseados na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e no Imposto de Renda – IR.

As Transferências do Estado representaram 11,5% do total da receita, R\$ 30,8 milhões. A maior parte desses recursos foi das transferências do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, com R\$ 23,4 milhões, que representou 8,7% do total. O potencial de aumento dessa fonte de arrecadação também está diretamente ligado às perspectivas de aumento do PIB e também a uma fiscalização mais eficaz. Outra forma de se potencializar esse tipo de arrecadação é a implantação de novas empresas.

O grupo Receitas de Capital contribuiu com R\$ 6,5 milhões. Neste grupo não houve receitas com Operações de Crédito, isto é empréstimos. Em relação a esse item da receita é preciso fazer uma análise da capacidade de endividamento, a qual está determinada pela Resolução 40 do Senado Federal, a qual define que os municípios podem se endividar até 120% de sua receita corrente líquida. As receitas de

capital foram baseadas somente em Transferências de Convênios com R\$ 6,5 milhões, atingindo 2,4% do total da receita arrecadada. Vale destacar que este total foi firmado com o governo do Estado.

Em relação aos convênios e operações de créditos firmadas no município os principais financiamentos são provenientes das Operações de Crédito em vigência da CEF entre 1996 e 2010 que representam R\$ 2,1 milhões, sendo que a CEF financia/repassa R\$ 1,6 milhão desse total.

Abordando a Natureza das Despesas verificamos que o valor total empenhado foi de R\$ 245,9 milhões. As principais despesas foram em relação às Correntes que atingiram 80,5% do total de empenho do exercício com R\$ 197,9 milhões enquanto as despesas de Capital alcançaram R\$ 48,0 milhões do total, 19,5%.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal de 2010 de Caraguatatuba as Despesas de Pessoal Liquidadas foram de R\$ 94,3 milhões. Esse valor significou 36,6% da Receita Corrente Líquida que naquele ano, segundo o Relatório citado foi de R\$ 257,4 milhões. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Arts 19 e 20) o Poder Executivo municipal pode gastar com pessoal até 54% desse tipo de receita. (É importante ressaltar que, se a despesa com pessoal alcançar 95% dos 54% da Receita Corrente Líquida - art. 22 - já haverá uma série de restrições aos gastos com pessoal). Pelos dados levantados há um importante espaço para aumentar este tipo de gasto como com contratação de professores, médicos ou outros funcionários ou ainda reorganizar o plano de carreira logicamente, ser for o caso.

Para o item Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos e que não tenham vínculo com a administração pública foi empenhado R\$ 33,9 milhões, 13,8% do total. No item Outros Serviços de Terceiros – empresas e pessoas contratadas para executarem serviços para a prefeitura – os gastos representaram R\$ 43,4 milhões dos gastos, 17,6% do total empenhado em 2010.

A Despesa de Capital atingiu R\$ 48,0 milhões ou 19,5% da despesa total, sendo que foram de R\$ 45,4 milhões, 18,4% do total empenhado foi com investimentos.

Em relação às despesas por Função os três principais gastos estão nas áreas da Educação, Saúde e Urbanismo, com R\$ 82,9 milhões; R\$ 51,3 milhões e R\$ 50,8 milhões respectivamente, valores que representam 33,7%; 20,9% e, 20,7% do total empenhado em 2010. Com a função Administração os gastos representaram R\$ 27,0 milhões – 11,0% do orçamento. As quatro primeiras funções somadas representaram 86,2% do total empenhado.

Gestão Democrática

A legislação de Caraguatatuba assegura direitos de participação cidadã nos espaços decisórios da gestão pública municipal. Os mecanismos de soberania popular e os meios de participação são relacionados no art. 50, § 30, da Lei Orgânica do Município (LOM). A LOM de Caraguatatuba prevê, além do sufrágio universal, os seguintes instrumentos: plebiscito; referendo; processo legislativo de iniciativa popular. Além das instâncias de participação já previstas na LOM, o Plano Diretor prevê também a iniciativa popular de planos e de projetos de desenvolvimento urbano³³.

A política de gestão participativa no município de Caraguatatuba parece se concentrar em torno dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas. Tudo indica que a totalidade dos Conselhos municipais de Caraguatatuba tem prevista uma composição paritária ou tripartite e o caráter de quase todos os Conselhos parece ser deliberativo. Formalmente, portanto, esses Conselhos teriam o poder de propor e deliberar sobre as políticas públicas a serem implementadas nas respectivas áreas.

Todavia, chama atenção o fato de que o Conselho de Meio Ambiente (CONDEMA), de natureza tão estratégica para o município, seja por lei, apenas consultivo. Maior poder de deliberação e maior alcance de decisão parecem ter sido destinados ao Conselho de Desenvolvimento Urbano, pelo menos quando se comparam as duas legislações que instituíram os Conselhos em questão.

Partindo das legislações que os instituíram, de um total de 17 Conselhos municipais de Políticas Públicas, cerca de sete Conselhos preveem a possibilidade de se convocar e propor Conferências públicas (ou outros espaços participativos, como fóruns e assembleias).

Está prevista uma periodicidade mensal para as reuniões ordinárias de praticamente todos os Conselhos, além de possíveis reuniões extraordinárias (à exceção do Conselho de Habitação, que instituiu reuniões trimestrais).

Quatro Conselhos devem ser presididos pelo Poder Público, como é o caso do Conselho de Meio Ambiente.

Em relação às organizações da sociedade civil de Caraguatatuba, foram mapeadas 145, entre sindicatos, ONGs e Institutos, associações de moradores de bairro, entidades representativas de categorias profissionais, Agenda 21, colônia de pescadores, associações de pescadores, associações classistas regionais, centros comunitários e redes socioassistenciais, organizações religiosas, entre outras.

É importante notar que Caraguatatuba não conta com um Conselho da Comunidade Negra/ Consciência Negra, embora haja um movimento negro atuante e

³² Receitas Correntes + Receitas de Capital + Receitas Intra-Orçamentárias – Dedução da Receita Corrente

³³ Planos e projetos de impacto devem ser propostos por no mínimo 2% do eleitorado, e apreciado pelo Executivo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

articulado no município, e nem com um Conselho de Políticas Culturais/ Incentivo à Cultura.

Quanto à articulação das diferentes organizações civis, pode-se dizer que Caraguatatuba dialoga com as demais organizações da região por meio do Real Norte, um colegiado de 17 entidades ambientalistas dos quatro municípios do Litoral Norte.

De modo geral, as organizações civis de Caraguatatuba encontram bastante dificuldade de articulação no âmbito municipal. A relação de entidades da sociedade civil com a política partidária parece interferir na sua organização

No que tange a representação da sociedade civil nos Conselhos, apesar das legislações afirmarem o contrário, foi destacado que a eleição do segmento não seria realizada pela própria sociedade civil de forma democrática e amplamente divulgada.

A insuficiente infraestrutura necessária à realização das atividades dos Conselhos foi mencionada, tanto pelos entrevistados quanto pelas resoluções tiradas na Consocial, como um ponto crítico importante no que toca o funcionamento desses espaços de gestão participativa. Além disso, faltariam mais instrumentos de comunicação à disposição dos Conselhos.

Ademais, eles são vinculados às Secretarias e dependentes de sua infraestrutura e apoio administrativo para o funcionamento regular de suas atividades. A criação de uma Casa dos Conselhos poderia vir a ser um dos instrumentos possíveis para o fortalecimento do funcionamento, da autonomia e do diálogo entre esses espaços de gestão, desde que garantida estrutura e dotação orçamentária própria, contribuindo para sistematizar as informações e para dar maior acessibilidade e transparência aos Conselhos também.

Faltam informações suficientes para avaliar a incidência dos Conselhos no Orçamento Público do município, principalmente, na discussão geral do Orçamento.

Por fim, parece não haver atividades formativas regulares e sistemáticas para os conselheiros.

PARTE 03

A REALIDADE DE CARAGUATATUBA NA VISÃO DA POPULAÇÃO



GERSONE WIKIMEDIA COMMONS

Este texto procura explicitar os diferentes pontos de vista dos mais variados segmentos entrevistados e os interesses diversos evidenciados pelos mesmos, sempre a partir de uma perspectiva democrática e inclusiva, no sentido de considerar legítimas todas as opiniões que se colocaram, ainda que contraditórias e/ou excludentes entre si.

A avaliação da gestão pública parece dividir as opiniões dos munícipes de Caraguatatuba. Por um lado, parece ser bem avaliada no que tange à administração dos bens públicos, sendo reconhecida enquanto uma gestão empreendedora, que teria trazido o desenvolvimento para o município, identificável pela quantidade de obras em curso.

Para outra parte dos interlocutores, prevaleceria uma gestão pública com baixo comprometimento com promessas feitas e intolerante em relação a críticas. Outra parte dos interlocutores, entretanto, tem o Executivo municipal como fonte de apoio para as atividades desenvolvidas no âmbito de suas organizações da sociedade civil.

Críticas também foram endereçadas à atuação insatisfatória do Legislativo municipal, principalmente no que se refere ao desconhecimento das demandas dos munícipes por parte dos vereadores, resultante do seu pouco envolvimento com a população local.

Justificativas foram elencadas para explicar as falhas ou insuficiências da gestão pública municipal. Entre elas, foi apontada a Lei de Responsabilidade Fiscal que, segundo um dos interlocutores, enrijeceria muito o orçamento público, restando poucos recursos para programas e políticas como o turismo, que deveria ser privilegiado pelo município por sua vocação de estância balneária.

Quanto aos serviços públicos de saúde, de um modo geral, são insatisfatórios e insuficientes em Caraguatatuba. Todavia, as avaliações sobre a qualidade desses serviços tendem a variar um pouco entre os moradores que participaram da pesquisa qualitativa e os entrevistados da sociedade civil organizada.

Para os primeiros, os problemas da saúde giram em torno da demora na marcação de consultas, na falta de médicos e na qualidade do atendimento prestado. A Santa Casa concentra as críticas mais duras e parece responder, em grande parte, pela insatisfação generalizada com os serviços de saúde no município. O AME, por sua vez, é a unidade referência para os demais municípios da região e, enquanto tal, não dá conta de atender os cidadãos de Caraguatatuba de forma satisfatória.

Avaliação semelhante é feita pelos entrevistados da sociedade civil organizada, embora com um discurso mais nuançado, que procura trazer à tona a comparação com a situação da saúde no restante do país e as melhorias recentes desse serviço público no município, com destaque para os serviços especializados.

Outro ponto destacado pelos entrevistados diz respeito à importância da construção de um hospital regional no município, tendo em vista a demanda crescente da sua população que, nos últimos anos, sofreu um crescimento intenso por conta dos novos empreendimentos no Litoral Norte, associados à Petrobras.

A questão da moradia, assim como nos casos da saúde e da segurança públicas, tem se esbarado no desafio imposto pelo crescimento populacional vertiginoso vivido por Caraguatatuba recentemente. Como resultado dessa expansão urbana abrupta e desordenada, o município ainda enfrenta problemas sérios de moradia popular, abrigando ocupações irregulares e habitações precárias, vulneráveis a toda sorte de intempéries (como alagamentos). Entre os grupos sociais mais atingidos, destacam-se os caixaras e pescadores artesanais, que teriam se afastado da orla marítima, indo morar progressivamente para “dentro da cidade”. Apesar dos tópicos elencados, parece haver uma percepção difusa, entre as organizações locais da sociedade civil de que os problemas de habitação teriam melhorado em relação a períodos anteriores, apesar de um número significativo de segundas residências de veraneio conviver com um déficit habitacional.

Quando o assunto é emprego, parece ser quase impossível não fazer referência ao novo cenário econômico colocado pela vinda da Petrobras a Caraguatatuba e a municípios vizinhos. Com efeito, a instalação da Unidade de Tratamento de Gás (UTGCA), em uma extensa área do município, trouxe consigo grandes expectativas de geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que frustrou grande parte dessas mesmas expectativas. Para os interlocutores – sobretudo, da sociedade civil organizada –, as promessas latentes de geração de emprego e de estabilidade econômica esperadas com a vinda da Petrobras não teriam se concretizado inteiramente. Ao contrário, o município teria arcado com o ônus de uma imagem de “Eldorado” amplamente propalada, mas não completamente verdadeira. Além disso, a mão de obra qualificada seria contratada “de fora”.

Assim predomina um desconforto com o papel assumido pela população local nos empreendimentos da Petrobras – em geral, como mão-de-obra temporária para a construção dos grandes empreendimentos. Em paralelo, lamenta-se a insuficiência de políticas públicas voltadas à qualificação profissional até a ausência de empregos locais, para absorver uma potencial mão-de-obra especializada. No conjunto, o cenário parece ser composto por empregos que exigem baixa qualificação da sua mão-de-obra e, por conseguinte, de baixa remuneração.

Em sintonia com o que foi exposto acima, quando se trata de educação, a maior demanda parece ser por qualificação profissional. Essa demanda é ainda mais contundente entre os participantes da pesquisa qualitativa, para os quais as questões referentes ao ensino básico parecem mobilizar menos do que aquelas relativas à formação profissional. Nesse caso, o foco das atenções recai sobre a inexistência de faculdades e, com maior ênfase, de cursos de profissionalização, mais especificamente, cursos gratuitos voltados a qualificar a população para os novos empregos que vão se abrindo na cidade: empregos socialmente valorizados e para os quais se entende que a mão-de-obra local não está preparada ou suficientemente preparada. Essa demanda certamente dialoga com as transformações em curso e as mudanças que vão se desenhando no perfil econômico do município. A presença de ETEC no município parece insuficiente e/ou não atender às expectativas de qualificação para o mercado de trabalho.

Entre as organizações da sociedade civil entrevistadas, embora a qualificação profissional seja considerada importante, surgiram outras observações relativas à educação básica. Parece ser consenso o fato de que a educação municipal – ao contrário da estadual – teve melhorias significativas durante a última gestão.

É consenso entre os interlocutores a baixa qualidade e as inúmeras deficiências encontradas no sistema de transporte de Caraguatatuba, afetando a mobilidade urbana e regional de seus habitantes. O sistema viário também concentra grande parte das críticas no tocante à mobilidade urbana e regional, sendo considerado como um dos “gargalos” ao pleno desenvolvimento das atividades econômicas do município. A serra do Parque Estadual é identificada como um obstáculo recorrente ao acesso à cidade, contudo, a possibilidade de duplicação da Rodovia Tamoios divide as opiniões dos interlocutores. Para alguns, as obras viriam para facilitar o trânsito de pessoas e de mercadorias, ao passo que para outros essa duplicação aprofundaria os problemas já existentes, trazendo maior fluxo de pessoas para a região. Além disso, o crescimento contínuo e acelerado da cidade trouxe consigo um incremento no número de veículos circulando nas ruas, visível aos olhos dos entrevistados, pela dificuldade de se estacionar na orla.

No campo cultura, precisa-se que Caraguatatuba sofreu uma perda gradual dos elementos tradicionais que caracterizavam a sua identidade cultural antes (como as festas de rua, o fandango, a cultura caixara) e que eram tidos como atrativos turísticos da cidade. Talvez isto seja decorrência de sua rápida expansão urbana e da intensificação de seu papel econômico como polo de comércio e serviços do Litoral Norte.

Quando o assunto é saneamento, a questão da limpeza e da balneabilidade das praias vem à tona e, nesse caso, a situação deixa a desejar, sobretudo, na alta temporada de verão.

O sistema de drenagem também desperta inquietações, e as falas, feitas em tom de denúncia, deixam entrever a situação extremamente crítica de alguns bairros. Os participantes da pesquisa qualitativa mencionam que, mesmo na área central, vista como privilegiada, o sistema de drenagem não dá conta do escoamento das chuvas de verão. Entretanto, essa posição não parece ser compartilhada de forma unânime entre os interlocutores (sociedade civil organizada). Parece haver, também, uma avaliação positiva que destaca as melhorias nesse tipo de serviço, sobretudo, quando comparado aos outros municípios do Litoral Norte.

O abastecimento de água, por sua vez, fica prejudicado nos períodos de alta temporada, quando o município sofre um aumento vertiginoso de sua população. Além disso, haveria um problema constante de infiltração e de contaminação da rede responsável pelo abastecimento, prejudicando a qualidade da água servida.

No que se refere à coleta de lixo domiciliar, a regularidade do serviço é valorizada, mas é visível a decepção quanto à inexistência da coleta seletiva e reciclagem de materiais. Tal fato tende a ser conside-

rado responsável pela situação insatisfatória da limpeza urbana, sobretudo quando comparada às demais cidades do entorno. A existência de uma cooperativa de reciclagem de coco é valorizada e citada como um caso, ainda que pontual, de reciclagem e reaproveitamento de material.

A temática dos resíduos sólidos também aparece entre as organizações da sociedade civil entrevistadas, embora a ênfase, nesse caso, seja dada mais ao destino do lixo e às possíveis soluções regionais para lidar com esse grave problema. Parece ser amplamente compartilhada a percepção de que os resíduos sólidos são a pedra de toque na região para pensar a questão da sustentabilidade. Contudo, a ideia de se construir uma “usina de lixo” regional, que atenda aos municípios do Litoral Norte ainda não aglutina um consenso majoritário quanto ao local para a sua implantação.

Quanto ao abastecimento alimentar, ainda que Caraguatatuba conte com a maior área rural produtiva do Litoral Norte, os produtos de consumo alimentar vêm de fora da cidade e se tornam caros devido ao aumento da procura no verão e as feiras tem preços similares aos mercados.

Outra contradição apontada diz respeito à situação da pesca artesanal no município, que, apesar da tradição histórica, não receberia incentivos por parte da Prefeitura. Tal fator contribuiria negativamente com a renda dos pescadores locais em benefício dos atravessadores.

Caraguatatuba passou por transformações profundas nos últimos tempos, mas parece ter sido há cinco anos que essa dinâmica ganhou maior envergadura. A chegada da Petrobras à cidade acelerou e, de certa forma, radicalizou o processo de mudanças, impactando significativamente a vida local. Menciona-se que, com a estatal, houve uma afluência de trabalhadores para Caraguatatuba, o preço dos imóveis subiu, a construção civil ganhou força e o comércio local se expandiu.

A violência costuma ser identificada enquanto o maior problema originado do crescimento populacional intenso e recente. Entende-se que ela está intimamente associada ao crime organizado, às drogas. Segundo os moradores participantes da pesquisa qualitativa e as organizações da sociedade civil entrevistadas, o elevado número de assaltos e a ocorrência frequente de chacinas respondem pela liderança ocupada por Caraguatatuba no ranking das cidades mais violentas da região.

Caraguatatuba sofreu gradualmente, ao longo dos anos, um deslocamento progressivo de sua vocação econômica, antes pautada pelo turismo em larga medida, tornando-se um polo regional de comércio e de serviços consolidado. Esse deslocamento parece ser visto com bons olhos para uma parcela dos entrevistados por significar uma menor dependência econômica

em relação ao turismo sazonal e, em última instância, às demandas externas. Além disso, completaria o quadro de vantagens oferecidas pelo município.

Tudo indica que esse “crescimento” de Caraguatatuba reposicionou-a frente às cidades vizinhas e também perante os seus próprios moradores. No geral, os entrevistados, ao compará-la aos municípios do entorno, destacam os aspectos que julgam serem os mais positivos do intenso processo de mudanças: as amplas opções de consumo e lazer hoje existentes, com destaque para o shopping, fazem de Caraguatatuba uma referência regional. Sob essa ótica, são visíveis os reflexos na autoestima do cidadão.

A consolidação e a conseqüente capilaridade do comércio local, que pôde se disseminar pelos diversos bairros e trazer-lhes toda sorte de serviços, são vistas como grandes benefícios que advieram da rápida e recente expansão urbana.

Todavia, essa avaliação positiva, que associa o progresso local à consolidação de Caraguatatuba enquanto um polo de comércio e serviços regional não satisfaz a todos os entrevistados da sociedade civil. Para uma parte dos entrevistados, a tendência é que os grandes empreendimentos ligados à cadeia de petróleo e gás acentuem essa vocação comercial ainda mais, nos próximos anos, atraindo um afluxo maior de pessoas e empresas para o município (semelhante ao que já vem ocorrendo nos últimos cinco anos, com a vinda da Petrobras). O risco, neste caso, seria a possibilidade de que Caraguatatuba viesse a se transformar numa pequena Cubatão, com tudo o que esta associação imagética carrega de negativo em termos de sustentabilidade local. Essa percepção se enraíza com a possibilidade de que o município venha a servir também como uma área retroportuária para abastecer o porto ampliado de São Sebastião.

Independente de posições, parece ser claro, para essa parcela de entrevistados, que um novo tipo de inserção econômica do município se coloca no cenário regional, sendo um locus estratégico para o planejamento de médio prazo do governo estadual inclusive. Dessa maneira, parece restar apenas um sentimento de inevitabilidade e de impotência diante de um quadro ditado por forças políticas e econômicas mais fortes.

A situação da pesca artesanal local é a expressão desse ritmo acelerado de transformações recentes introduzidas no município, perdendo força enquanto atividade econômica. Como uma consequência direta, é reveladora também da condição na qual se encontra a figura tradicional do pescador e, portanto, do modo de vida caiçara.

Em relação à expansão do porto de São Sebastião, a expectativa parece ser a de que traga benefícios

para a população de forma mais abrangente, mas em prejuízo da atividade econômica dos pescadores, que já vêm sofrendo com a poluição do mar.

O turismo se faz presente no discurso dos entrevistados, quer como vocação primordial, quer como atividade subsidiária/complementar à nova dinâmica propulsora do desenvolvimento local. Não obstante as diferentes percepções quanto ao lugar ocupado pelo turismo na estrutura econômica municipal, parece haver um consenso quanto aos bônus e ônus a ele associados. Segundo os interlocutores, o turismo é uma fonte geradora de empregos diretos e indiretos, mas também é responsável pelo alto custo de vida na cidade, além de resultar em transtornos ao cotidiano de vida da população - sobretudo, na alta temporada -, em problemas para os serviços públicos (como a saúde) e em impactos negativos à qualidade ambiental do município.

Entre os defensores de uma maior centralidade do turismo na política de desenvolvimento local – em especial, aquelas organizações da sociedade civil voltadas à atividade turística -, predomina o argumento mais recorrente da geração de emprego, que traria consigo a dignidade humana, mas também um elemento novo: a sustentabilidade. A experiência de Macaé, nesse sentido, é tomada como o exemplo vivo de que o turismo deve ser priorizado.

Todavia, mesmo entre os defensores de uma maior centralidade do turismo no cenário de desenvolvimento local, é consenso a percepção de que ainda falta um longo caminho para consolidar essa posição do turismo no município. Inúmeras são as críticas endereçadas aos órgãos públicos no tocante à ausência de políticas estratégicas de incentivo ao desenvolvimento do turismo para torná-lo uma opção de emprego e renda viável o ano inteiro, e não apenas nas altas temporadas.

Se alguns atribuem uma centralidade ao turismo e valorizam o seu potencial de absorver a mão-de-obra local, para outros, no entanto, ele já não satisfaz suas demandas de inclusão produtiva. Com os olhos voltados para as novas dinâmicas engendradas pela cadeia produtiva de petróleo e gás, expressam expectativas e demandas de avanços nessa direção e de novos negócios compatíveis com esse novo perfil do município. Lamentam a falta de competitividade da população local para disputar os novos empregos gerados e cobram, mais fortemente, iniciativas voltadas a incrementar a qualificação da mão-de-obra local.

O argumento central dessa posição, para a qual o turismo não pode ser a vocação principal do município, é a de que o turismo local, além de sazonal, não teria como “competir” com os inúmeros atrativos oferecidos por seus municípios vizinhos do Litoral Norte

(Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba). Caraguatatuba poderia, assim, se consolidar enquanto centro comercial da região e, talvez, como destino para o “turismo de negócio”. Acreditam que a atividade turística é ainda importante para a cidade, mas de forma “complementar”.

Entre os entrevistados, parece ser consenso a importância atribuída ao planejamento urbano como uma condição para o desenvolvimento sustentável do município no futuro. Entretanto, esse planejamento urbano necessário não estaria acompanhando o ritmo acelerado das transformações em curso, preocupando a população local com os seus possíveis efeitos sobre a infraestrutura e sobre a rede de serviços públicos oferecidos.

Há quem seja ainda mais incisivo nas críticas ao modelo de (e à forma de implantação do) desenvolvimento econômico municipal e regional dos últimos anos, prevendo um processo irreversível, decidido de cima para baixo e independente de instrumentos de gestão já existentes, como o Plano Diretor.

Para o planejamento urbano e regional, o Plano Diretor e o Plano de Gerenciamento Costeiro estiveram entre os instrumentos de gestão mais citados pelos interlocutores, para balizar a ocupação e o uso do território de forma ordenada.

Menção especial merece ser feita ao Plano Diretor do município, na medida em que boa parte dos interlocutores fez menção ao processo de revisão em curso desse instrumento de planejamento e gestão territorial. Segundo um dos interlocutores, a proposta inicial do Plano teria sido formulada, entre 2004 e setembro de 2011, por uma dúzia de pessoas. Ao se levar a proposta para as audiências, viram que ela continha vários erros. Contudo, a maior crítica (endereçada, inclusive, na forma de ação judicial) diz respeito à maneira como a revisão Plano Diretor foi encaminhada no município, ferindo o princípio da discussão e da participação popular quando da etapa de sua elaboração.

De acordo com outros interlocutores, a própria Agenda 21 local não quis ser conivente com a proposta de construção de prédios de 25 andares, abstendo-se da discussão do Plano Diretor uma vez que não teria forças para impedi-lo.

Junto à necessidade de um planejamento urbano de longo prazo e ao esperado crescimento populacional, impulsionado pelas dinâmicas econômicas regionais, é consenso a percepção de que o município precisa se fortalecer de antemão, para atender à crescente demanda por toda sorte de serviços públicos. Saúde, educação, habitação, infraestrutura urbana e saneamento básico estão entre as preocupações mais destacadas.

Além dos serviços públicos de qualidade indispensáveis, a geração de emprego e renda, vinculada ao incentivo à qualificação profissional da população local para que venham a se inserir nas futuras oportunidades de trabalho abertas pela nova dinâmica regional são sempre preocupações destacadas pelos interlocutores. Espera-se que os benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico local sejam repartidos entre aqueles que moram no município e que vivem de perto os impactos socioambientais das atividades em expansão na região. Também apontam para a necessidade de se pensar novas atividades produtivas que gerem emprego e renda, ao mesmo tempo em que não sejam poluentes, preservando a qualidade do meio ambiente. O turismo figuraria como uma alternativa importante, inclusive, na medida em que poderia aliar a geração de emprego e renda com a preservação do meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA

“O Alcance do Pré-Sal”. Coletânea de três artigos publicados pelo Jornal Brasil Econômico, nos dias 26/3/10, 4/4/10 e 9/4/10.

BRASIL. Ministério das Cidades; Iphan. Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas - manual de orientação. Brasília, 2011.

BRASIL. Sistema de Planejamento do SUS - uma construção coletiva; Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – 3a. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 100 p.

BRASIL. Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011 – 13 volumes; Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; disponível na íntegra em: www.conass.org.br

BURROUGH, P. A.; MCDONNELL, R.A. Principles of geographical information systems. Oxford, Oxford University Press, 1998.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização dos arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará – IE-UFRJ, 2003

CBH-LN (2009, p. 174).

CBH-LN (2010, p. 10).

CDHU, 2012. - Vila Dignidade – Caraguatatuba

CESPEG. Petróleo e Gás no Estado de São Paulo: panoramas, desafios e políticas públicas. CESPEG, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO / PMC. Relatório do Produto 4 do Plano de Saneamento de Caraguatatuba – RELATÓRIO R4 PROPOSTA DE PLANO INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA – REVISÃO 1. São Paulo, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Plano Estadual de Recursos Hídricos – 2004-2007. Relatório 2 - Definição das Metas do PERH 2004/2007. Volume 2 - Anexos e Memória de cálculo. São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.sigrh.sp.gov.br>

Fundação SEADE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Cidades;

IBGE, Perfil dos Municípios e RAIS.

IBGE. Censo 1991, 2000 e 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT), 1991. Carta Geotécnica do município de Ubatuba - SP. São Paulo, (IPT-Relatório nº 28.975. Cliente: SCTDE)

LOPEZ, A.G., BARROS, M.O. 1992. Cartografia Geológica Geotécnica do litoral norte do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 37º, São Paulo, SP, Boletim de resumos expandidos, São Paulo, SP. Sociedade Brasileira de Geologia, V.I. Simpósios. Carta geotécnica do litoral norte composta por 14 folhas 1:50.000.

MENDES, E V. As Redes de Atenção à Saúde. Belo Horizonte: ESP-MG; 2009. 848p.

Monaco Siani Empreendimentos Imobiliários, 2012.

ORTEGA, A. C. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea, 2008.

PEDRASSOLI, J. C. Análise orientada a objeto para detecção de favelas e classificação do uso do solo em Taboão da Serra/SP – Dissertação de mestrado em Geografia Física, FFLCH USP, 2011

PRANDINI, F. L., FREITAS, C. G. L. de & NAKAZAWA, V. A.: A cartografia geotécnica na prevenção e mitigação dos impactos ambientais. Anu. Inst. Geocienc. [online]. 1992, vol.15 [cited 2013-01-31], pp. 173-180. Available from: <http://papegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-97591992000100022&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-9759.

Prefeitura - Habitacionais em fase de viabilidade.

Prefeitura e CDHU - Conjuntos Habitacionais Construídos no Município de Caraguatatuba.

Prefeitura e CDHU - Conjuntos Habitacionais em construção no Município de Caraguatatuba.

PROIN/CAPES e UNESP/IGCE. Material didático: arquivos de transparências (CD). Rio Claro: Departamento de Geologia Aplicada, 1999.

RAMIREZ, B.; BENITO, E. (orgs). Desarrollo local: manual de uso. Madrid: ESIC, Editorial, 2000.

RESOLUÇÃO CONAMA 303/2002 – Conama, MMA.

SABESP - Plano Diretor de Saneamento Básico, apud São Paulo (2011, p.83).

SÃO PAULO. Plano Estadual de Habitação de São Paulo, 2011.

SARGSUS – Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão do SUS – Manual do Usuário; Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Brasília.

SARTORI, G.; NEMBRINI, G.; STAUFFES, F.; Monitoring of urban growth of informal settlements (IS) and population Estimation from aerial photography and satellite imaging. Data Exchange Platform for the Horn of Africa (DEPHA), UNEP, Kenya.

SETAPE (2007), SABESP, apud São Paulo (2011, p.69). ND – Informações não disponíveis.

SILVA, S.F. (org). Redes de atenção à saúde no SUS: o pacto pela saúde e redes regionalizadas de ações e serviços de saúde. Campinas, SP: IDISA: CONASEMS, 2008.

Termo de Referência para a estruturação de Redes Regionais de Atenção à Saúde no Estado de São Paulo – Documento conjunto SES-SP e COSEMS-SP; setembro de 2011

ZUQUETTE, L. V. Análise da cartografia geotécnica e proposta metodológica para as condições brasileiras. São Carlos, SP, 1987. Tese de Doutorado – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo/USP.

ZUQUETTE, L.V. & NAKAZAWA, V. A. Cartas de geologia de engenharia. In: OLIVEIRA, A. M. S. & BRITO, S. N. A. (Eds.). Geologia de engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de engenharia (abge), 1998. Cap. 17, p. 283-300.

Sites consultados (2012)

<http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/ead/cartas>

<http://www.caraguatatuba.sp.gov.br/?pg=historia>

<http://www.firjan.org.br/IFDM/>

http://portaldecaragua.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=946&Itemid=51

<http://www.panoramabrasil.com.br/shoppings-migram-para-regioes-litoraneas-do-brasil-id62466.html>

<http://www.panoramabrasil.com.br/shoppings-migram-para-regioes-litoraneas-do-brasil-id62466.html>

<http://www.brazilia.jor.br/content/fazenda-ingleses>

<http://www.litoralvirtual.com.br/caragua/historia.htm>

<http://www.nuca.ie.ufrj.br/blogs/gesel-ufrj/index.php?/archives/25999-Petrobras-prepara-unidade-em-Caraguatatuba-para-gas-do-pre-sal.html>

http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/

<http://www.mpa.gov.br/>

SCORVO FILHO, J.D. Panorama da aquicultura brasileira. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/panorama_aquicultura.pdf

Oportunidades e Desafios da Agenda de Competitividade para Construção de uma Política Industrial na Área de Petróleo: Propostas para um Novo Ciclo de Desenvolvimento Industrial. ONIP (2011). Disponível em: http://novosite.onip.org.br/wp-content/uploads/2011/07/estudo_competitividade_offshore_relatorio.pdf

SILVA, N.; LOPES, M.; FERNANDES, J.; HENRIQUES, M. Caracterização e sistemas de criação e da cadeia produtiva do lambari no Estado de São Paulo. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/lambari_cadeia_produtiva2011.pdf

<ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/1012InformePMAP.pdf>

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/876062B214695CA832573BE004E6135/\\$File/Ind%C3%BAstria_do_Petr%C3%B3leo.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/876062B214695CA832573BE004E6135/$File/Ind%C3%BAstria_do_Petr%C3%B3leo.pdf)

www.caraguataimoveis.com.br em abril/2012.

www.davidimoveis.com.br

Google Earth, 2010.

Google Earth, 2012.

www.imoveisdeluxo.com.br e www.saintgermainimoveis.com.br, em abril de 2012.

BRASIL. Texto-base do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/versao_preliminar_pnrs_wm_253.pdf)

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - www.tce.sp.gov.br;

CARAGUATATUBA. Portal da Prefeitura de Caraguatatuba - www.caraguatatuba.sp.gov.br

ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e CETESB - www.ambiente.sp.gov.br e www.cetesb.sp.gov.br

BRASIL. Índice de Desenvolvimento do SUS - IDSUS: www.saude.gov.br/idsus

BRASIL. DATASUS: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>

Indicadores do Pacto pela Saúde

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dh.exe?pacto/2010/cnv/pactsp.def>

